Jornal O DIA SP

www.jornalodiasp.com.br QUARTA-FEIRA, 15 DE SETEMBRO DE 2021 Nº 24.993 Preço banca: R$ 3,50

Serviços crescem 1,1% e atingem maior patamar em cinco anos

O volume de serviços no país teve alta de 1,1% em julho deste ano, na comparação com o mês anterior. Essa foi a quarta taxa de crescimento consecutiva do indicador, que acumula ganhos de 5,8% nos últimos quatro meses. Com o resultado, o setor atingiu o maior patamar desde março de 2016.

O dado, da Pesquisa Mensal de Serviços (PMS), foi divulgado na terça-feira (14) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Os serviços também tiveram altas de 17,8% na comparação com julho do ano passado, de 10,7% no acumulado do ano e de 2,9% no acumulado de 12 meses.

Na passagem de junho para julho deste ano, duas das cinco atividades pesquisadas pelo IBGE tiveram alta: serviços prestados às famílias (3,8%) e serviços profissionais, administrativos e complementares (0,6%).

"Essas duas atividades são justamente aquelas que mais perderam nos meses mais agudos da pandemia. São as atividades com serviços de caráter presencial que vêm, paulatinamente, com a flexibilização e o avanço da vacinação, tentando recuperar a perda ocasionada entre março e maio do ano passado", disse o pesquisador do IBGE Rodrigo Lobo.

Nos serviços prestados às famílias, o avanço foi puxado pelo desempenho dos segmentos de hotéis, restaurantes, serviços de buffet e parques temáticos, que costumam crescer em julho devido às férias escolares.

Por outro lado, três atividades tiveram queda em seu volume: serviços de informação e comunicação (-0,4%), transportes, serviços auxiliares aos transportes e correio (-0,2%) e os outros serviços (-0,5%). (Agencia Brasil)

Apex lança programa para divulgação do agro brasileiro no exterior

Página 3

São Paulo assegura R$ 50 milhões com concessão de parques

Página 2

CDC dos EUA reduz nível de alerta para viagens ao Brasil para "alto"

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) diminuiu na segunda-feira (13) o nível de alerta para viagens ao Brasil por conta de preocupações com a covid-19 do nível "muito alto" para o "alto".

Em termos absolutos, o Brasil é o segundo país com maior número de óbitos pela doença, atrás somente dos Estados Unidos, e o terceiro em contagem de casos, abaixo de EUA e Índia.

O país, no entanto, tem registrado redução nos números da pandemia nas últimas semanas, à medida que avança em sua campanha de vacinação contra a Covid-19. Página 3

China confina cidade com 5 milhões de habitantes após detectar surto

Cerca de 5 milhões de habitantes de Xiamen, no sudeste da China, foram na terça-feira (14) colocados em confinamento, após terem sido detectados 32 casos de covid-19, naquela que é uma das mais populosas cidades da província de Fujian.

No total, a província de Fujian registrou 60 novos casos nas últimas 24 horas, incluindo um assintomático.

Análises preliminares citadas pela imprensa local indicam a presença da variante Delta entre os contagiados. O jornal *The Paper* alertou para a entrada em vigor. Página 3

Previsão do Tempo

Quarta: Sol com algumas nuvens. Não chove. 35º C 19º C

Manhã Tarde Noite

Fonte: Climatempo

DÓLAR

Comercial
Compra: 5,25
Venda: 5,25

Turismo
Compra: 5,27
Venda: 5,41

EURO
Compra: 6,20
Venda: 6,20

Fiocruz volta a entregar doses da vacina contra covid-19

Foto/Fernando Frazão

Vacina *Oxford/AstraZeneca*

Página 4

Denatran passa a ser secretaria e terá mais autonomia, diz ministro

Página 4

Maioria dos consumidores quer carros elétricos como opção de compra

Página 3

Secretaria de Cultura entrega fachadas recuperadas do Museu do Café

Página 2

Esporte

Zonta, Átila e Galid partem animados para jornada inédita em Goiânia

Depois de uma emocionante etapa no anel externo de Curitiba, coroada com a vitória do piloto Shell Átila Abreu, a Stock Car inova mais uma vez na temporada 2021 e realiza duas etapas em dois traçados diferentes no mesmo fim de semana pela primeira vez em seus mais de 40 anos de história. Goiânia é o palco da oitava e nona etapas do campeonato, a primeira no traçado misto no sábado e a segunda no anel externo no domingo.

Será um desafio inédito para pilotos e equipes.

Além da revisão completa dos carros depois da rodada dupla de sábado, a característica do anel externo da pista da capital goiana impõe a necessidade de alterar de forma significativa o acerto dos carros, especialmente a geometria da suspensão. Assim os engenheiros e mecânicos das equipes Shell V-Power e Shell-RCM esperam muito trabalho depois da bandeirada do sábado.

Para apimentar ainda mais o fim de semana, a previsão do tempo indica temperaturas superiores aos 30ºC e o cronograma da etapa prevê apenas dois treinos livres de 30 minutos para cada piloto –um no misto na sexta-feira e outro no anel externo no domingo.

Maior patrocinadora do esporte a motor no Brasil e no mundo, a Shell desembarca em Goiânia com seus três representantes no grid da Stock Car muito animados. Ricardo Zonta, Átila Abreu e Galid Osman já venceram no palco da jornada deste fim de semana e o trio vem em alta na temporada.

Terceiro no campeonato, o atual vice-campeão Ricardo Zonta espera novamente uma performance convincente do Corolla #10 da equipe Shell-RCM para entrar de vez na briga pelo título.

Foto/José Mario Dias

Ricardo *Zonta*

Ele foi o primeiro vencedor com os carros no regulamento atual, justamente em Goiânia na etapa de abertura da temporada 2020. O ex-F1 tem pole e vitória neste ano e acumula 175 pontos depois de recuperar na Justiça Desportiva os resultados conquistados na pista na abertura da temporada, coincidentemente também em Goiânia.

Átila Abreu aparece em sétimo com o Chevrolet Cruze da estreante equipe Shell V-Power. A organização comandada pelo engenheiro Joselmo Barcik, o "Polenta", surpreende em sua temporada inaugural. Vice-campeão de 2014, o piloto sorocabano já conquistou duas vitórias no ano, em Cascavel e no anel externo de Curitiba. Átila acumula 159 pontos e sabe da importância de aproveitar bem os treinos e fazer uma jornada limpa no sábado para sair de Goiânia com bons pontos –são nada menos que 112 tentos em disputa neste fim de semana.

Galid Osman por sua vez aposta no retrospecto na capital goiana para traduzir em pontos a performance que tem apresentado em treinos e corridas neste ano. O piloto do Cruze #28 já avançou ao Q3, liderou corrida e lutou no pelotão da frente. Agora espera encaixar uma etapa consistente para avançar no campeonato.

A Stock Car tem as corridas exibidas ao vivo pela Band e canais Sportv –que mostra também os qualis. A largada da primeira corrida de sábado está marcada para 13:40 no misto. No domingo, a prova do anel externo começa às 13h10.

Brasil estreia contra Peru nesta quarta-feira no Sul-Americano Feminino

A seleção brasileira feminina de vôlei começará, nesta quarta-feira (15), a busca pelo 22º título do Sul-Americano. O time do treinador José Roberto Guimarães jogará contra o Peru, às 19h30 (horário de Brasília), em Barrancabermeja, na Colômbia. O SporTV 2 transmitirá ao vivo. A competição será disputada em turno único, com todos os times se enfrentando, onde o campeão e o vice garantirão vaga no Mundial adulto de 2022 que será disputado na Holanda e Polônia.

O time verde e amarelo participará do Sul-Americano com as levantadoras Macris e Roberta, as opostas Rosamaria e Lorenne, as ponteiras Gabi, Natália, Ana Cristina e Kasiely, as centrais Carol Gattaz, Carol, Bia e Mayany e as líberos Nyeme e Natinha.

A central Carol Gattaz comentou sobre a expectativa para a participação do Brasil no Sul-Americano e ressaltou o objetivo pela busca da vaga no Mundial.

"Respeitamos muito a equipe do Peru por toda tradição e história do time delas. Elas têm uma equipe jovem e de qualidade. Sabemos da nossa responsabilidade e todos sempre quarem jogar contra o Brasil. A estreia tem sempre um frio na barriga e esperamos fazer um bom Sul-Americano. É uma competição que classifica para o Mundial e estamos aqui para buscar essa vaga", disse Carol Gattaz.

O treinador José Roberto Guimarães também falou sobre a busca do Brasil por uma vaga no Mundial de 2022 e comentou sobre a estreia do time verde e amarelo contra o Peru.

"O Sul-Americano é uma competição qualificatória para o Mundial e esse é o nosso principal objetivo. Vamos estrear contra o Peru que tem muita tradição e precisamos pensar jogo a jogo. Essa competição é o início de um novo ciclo e é muito importante estarem todas as jogadoras juntas nesse momento em busca no nosso objetivo", afirmou José Roberto Guimarães.

Nesta temporada, a seleção feminina conquistou a medalha de prata nos Jogos de Tóquio e na Liga das Nações. Na última edição do Sul-Americano, em 2019, o Brasil foi campeão invicto e na decisão superou a Colômbia por 3 sets a 0.

São Paulo assegura R$ 50 milhões com concessão de parques

O Governador João Doria acompanhou na terça-feira (14), na sede da B3, a sessão da concorrência internacional para concessão dos parques estaduais da Cantareira e Horto Florestal (Alberto Löfgren). A Construcap CCPS Engenharia e Comércio S/A ofereceu R$ 850 mil de outorga – representando um ágio de 3,66%.

"Essa é a décima vez que venho a B3 como Governador do Estado de São Paulo para chancelar um programa de desestatização do Governo do Estado de São Paulo. Sou o ente público que mais vezes veio à bolsa de valores do Brasil para colocar em mãos privadas aquilo que a gestão pública fazia até então", disse Doria.

A medida prevê o investimento de cerca de R$ 50 milhões nas áreas verdes, dos quais R$ 31 milhões serão nos seis primeiros anos sob administração da concessionária. Após o leilão, o Governo do Estado terá o prazo de 30 dias para análise da proposta e da documentação dos interessados para anúncio do vencedor, que ficará responsável pela administração dos espaços por 30 anos.

De acordo com o secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marcos Penido, durante este período, o vencedor deverá revitalizar e modernizar as estruturas e serviços ao visitante, além de gerenciar e fortalecer a conservação das duas unidades, respeitando as normas ambientais específicas. "O projeto visa, ainda, facilitar as conexões entre os parques por meio de integração de trilhas de longo percurso, implantação de atividades de aventura, aquáticas, rotas de bicicleta, serviço de transportes internos e de alimentação, transformando as áreas em um relevante polo ecoturístico da cidade de São Paulo", explicou.

Os dois parques são adjacentes, inseridos na Região Metropolitana de São Paulo, envolvendo também o município de Mairiporã. Ambos são tombados pelo CONDEPHAAT e CONPRESP e fazem parte da Reserva da Biosfera do Cinturão Verde da Cidade de São Paulo, trecho integrante da Reserva da Biosfera da Mata Atlântica. Antes da pandemia, juntas, as Unidades de Conservação recebiam mais de 1,6 milhão de visitantes por ano.

A concessão dos Parques Estaduais da Cantareira e Alberto Löfgren se destaca pela combinação de dois ativos ambientais com perfis diferentes. É o primeiro projeto do setor que une um parque com caráter de parque urbano e outro com caráter de parque natural.

Essa combinação, em conjunto com a liberdade de preços, reforça a consolidação do Programa de Concessões de Parques e Ativos Ambientais do Estado de São Paulo, segundo a subsecretária de Parcerias do Governo de São Paulo, Tarcila Reis. "Esse avanço é consistente porque já temos sete (7) parques contemplados em um programa inovador que fomenta um mercado ainda em formação no Brasil e no qual o Estado tem um papel indutor para o desenvolvimento do setor.

Mais da metade dos contratos já estão em operação graças também à experiência e bagagem regulatória do governo de São Paulo quanto ao padrão contratual de concessões, o que garante segurança jurídica ao investidor", acrescenta a subsecretária.

Parque Estadual Alberto Löfgren (Horto Florestal)

As zonas de Uso Público, todas pertencentes à área da concessão, estão organizadas em quatro Glebas: Horto Florestal, Olaria, Polo Ecocultural e o Arboreto Vila Amália. Em 2019 recebeu mais de 1,5 milhão de visitantes.

Atualmente o parque urbano oferece opções de lazer, atividades físicas e contemplação para a população de seu entorno. A área total de concessão é de 70,91 hectares.

Parque Estadual da Cantareira

O parque possui quatro núcleos, sendo três pertencentes à área da concessão: Pedra Grande, Águas Claras e Engordador. Em 2019, mais de 113 mil pessoas visitaram o local. Atualmente, as trilhas e a contemplação da natureza são os principais atrativos do PEC. Entretanto, há potencial para o desenvolvimento de novas atividades de ecoturismo. A área total de concessão é de 225,67 hectares.

Pesquisas

As pesquisas, a conservação das espécies ameaçadas de extinção e as áreas de proteção continuarão sob a responsabilidade do Governo do Estado durante o prazo da concessão.

Investimento em saúde bate recorde nos últimos dez anos

O Governo de São Paulo ampliou em 7,5% os gastos com Saúde em 2020, quando foram investidos R$ 28,7 bilhões em meio à pandemia da COVID-19, em comparação com 2018, que teve R$ 26,7 bilhões em valores corrigidos pelo IPCA. Este é o maior orçamento para a Saúde nos últimos dez anos.

Análise feita pela equipe de Orçamento e Finanças da Secretaria da Saúde, o valor destinado a custeio da área no Estado de São Paulo cresceu 28,6% nos anos de 2019 e 2020, principalmente em virtude dos recursos destinados ao enfrentamento do coronavírus. A média foi de R$ 18,33 bilhões nestes anos, contra R$ 13 bilhões em média anual entre 2011 e 2018.

Neste mesmo sentido, houve aumento de 12,6% no investimento anual executado na média dos anos de 2019 e 2020, que ultrapassou 748,1 milhões, em comparação à média dos sete anos anteriores – de 2011 a 2018, a média foi de 663,3 milhões.

No ano passado, o Estado de SP ativou 8 mil leitos extras de UTI e aplicou R$ 242 milhões para compra e distribuição de 4 mil respiradores, R$ 165,6 milhões em remédios do kit intubação, R$ 157,7 milhões em Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) para profissionais de saúde, R$ 10,1 milhões em testes para diagnóstico da doença e R$ 250,8 milhões na compra de doses extras de CoronaVac. Há ainda R$ 180 milhões para a construção da fábrica do Instituto Butantan angariados pelo Estado junto à iniciativa privada.

No segundo semestre de 2021, graças à redução da demanda de COVID-19, R$ 4 bilhões serão investidos para finalização de hospitais em construção, ajuda a hospitais municipais e ampliação de convênios com Santas Casas e entidades filantrópicas.

SP determina que Butantan substitua lotes de vacinas interditadas pela Anvisa

O Governador João Doria determinou na terça-feira (14) que o Instituto Butantan providencie junto à biofarmacêutica Sinovac novas doses da CoronaVac para substituir os lotes de vacinas que estão interditados pela Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária).

As primeiras 6,9 milhões de doses serão entregues nesta quarta-feira (15) ao Ministério da Saúde. Elas foram produzidas pelo próprio Butantan com IFA (Insumo Farmacêutico Ativo) proveniente de fábrica na China certificada pela Anvisa.

Um novo lote com 5 milhões de doses prontas chegará a São Paulo na próxima semana e também foi produzido na fábrica da Sinovac vistoriada pela Anvisa. Desta forma, haverá uma solução prática para o impasse.

"Não podemos ter doses bloqueadas em meio a uma pandemia. A população precisa de vacinas. Por isso, determinei ao Butantan o remanejamento de vacinas para suprir as que estão interditadas. Nós precisamos de celeridade. As novas doses virão de fábricas vistoriadas pela Anvisa para pronta aplicação", disse Doria.

O Instituto Butantan mantém uma força-tarefa em perfeito entendimento com a Anvisa para liberação dos lotes interditados. Até a liberação, o remanejamento das novas doses vai substituir cerca de 8 milhões de imunizantes com uso temporariamente suspenso.

Inscrições para o Bolsa do Povo CPS são prorrogadas até dia 17

Pais, mães e responsáveis legais de alunos matriculados nas Escolas Técnicas Estaduais (Etecs) podem se inscrever para o Bolsa do Povo Educação CPS até sexta-feira (17), pela internet. O benefício é de R$ 500 mensais por seis meses, podendo ser prorrogado até 31 de dezembro de 2022, a critério do Governo do Estado.

A ideia é que os bolsistas auxiliem as equipes gestoras das Etecs e Faculdades de Tecnologia do Estado (Fatecs) no cumprimento do protocolo sanitário adotado para permitir o retorno facultativo dos estudantes às aulas presenciais. Serão quatro horas de trabalho diário. Além de gerar renda e amenizar os impactos da pandemia, a iniciativa permite aproximar as famílias da escola, o que gera benefícios para toda a comunidade escolar.

Para se candidatar a uma bolsa, é preciso ser o responsável legal por um aluno de Etec; ter entre 18 e 59 anos; estar desempregado há, pelo menos, três meses; não ter comorbidades associadas à Covid-19 e residir no município onde está localizada a unidade em que o candidato pretende ser bolsista. É possível se inscrever em até três Etecs ou Fatecs.

As inscrições devem ser feitas pelo site bolsadopovo.sp.gov.br, clicando em Centro Paula Souza. Cada candidato receberá pontos, de acordo com os pré-requisitos que cumprir. Os selecionados serão entrevistados pelo diretor da unidade e a concessão do benefício precisa ser chancelada pelo Núcleo Regional de Administração do CPS.

A expectativa é que os bolsistas selecionados passem por uma capacitação e comecem a atuar na primeira quinzena de outubro. Serão concedidas 2.368 bolsas, distribuídas por todas as Etecs e Fatecs do Estado. Cada unidade do Centro Paula Souza terá, no primeiro ano, quatro beneficiários. Os recursos para os primeiros seis meses são da ordem de R$ 7,1 milhões.

Secretaria de Cultura entrega fachadas recuperadas do Museu do Café

Ainda em comemoração aos 99 anos do edifício da antiga Bolsa Oficial de Café, celebrado em 7 de setembro, o Museu do Café – da Secretaria de Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo – realizou uma cerimônia especial de entrega da fachada após a conclusão das obras de conservação e manutenção que tiveram início há um ano.

O evento aconteceu na terça-feira (14) e contou ainda com a inauguração do novo auditório da instituição.

O secretário de Cultura e Economia Criativa de São Paulo, Sérgio Sá Leitão, visitou o Palácio do Café para conhecer as instalações e exposições atualmente em cartaz no Museu. Em seu percurso, passou também pelo auditório, uma novidade que agregará ainda mais valor ao patrimônio, ampliando o leque das programações culturais e possibilitando o crescimento da captação de recursos por meio de locações.

Foto Portal do Governo

Restauro *é parte da celebração dos 99 anos do edifício da antiga Bolsa Oficial de Café*

"Estamos devolvendo a gloria original para este museu que é tão importante para a história do Brasil", afirmou o secretário durante o evento. Para marcar o momento, o coral do Grupo Tirolli apresentou um musical na varanda do prédio, um dos muitos locais contemplados nas intervenções.

As obras

Os serviços de recuperação foram aprovados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat) e Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos (Condepasa) – órgãos pelos quais o edifício é protegido. O investimento total foi de R$ 2.868.690,23, com recursos provenientes do Ministério Público do Estado de São Paulo e da Secretaria da Cultura e Economia Criativa do Estado de São Paulo.

As intervenções ocorreram por meio da empresa Estúdio Sarasá Conservação e Restauração, selecionada por meio de chamamento público, e contemplaram todas as fachadas do edifício (Ruas XV de Novembro, Frei Gaspar e Tuiuti), além da Torre do Relógio. (Agencia Brasil)

CESAR NETO

www.cesarneto.com

CÂMARA (São Paulo)

O ex-senador Suplilcy - novamente vereador - aceitaria ser vice numa chapa puro-sangue com o ex-prefeito Haddad pro governo paulista ?

.

PREFEITURA (São Paulo)

Ricardo Nunes (MDB) segue agindo como um magistrado, na guerra interna entre Secretários tucanos, pelo poder que era do Bruno Covas

.

ASSSEMBLEIA (São Paulo)

Deputado tenente Nascimento pode bombar numa reeleição com o sucesso das "Patrulhas Maria da Penha" em Itapevi e região de Osasco

.

GOVERNO (São Paulo)

Governador Doria (PSDB) segue em campanha nas prévias Presidenciais e pelo Rodrigo Garcia (ex-DEM), agora um 'tucano liberal de centro'

.

CONGRESSO (Brasil)

CPI (Covid 19) propor Impeachment do Bolsonaro é quase um dos filmes brasileiros dos 1950-60 que rolam na rede Brasil (tv) do Tolentino

.

PRESIDÊNCIA (Brasil)

Está redondamente equivocado quem achar que o vice-Presidente Mourão poderá vir a negociar qualquer 'acordo' com o PT (do Lulismo)

.

PARTIDOS

O PSB já falou em fusão, 1º com o quase extinto PC do B e agora com o PDT, que foi Brizolista e hoje tem Ciro Gomes 'sócio preferencial' ..

.

POLÍTICOS

... Já o DEM (ex-PFL) do neto do ACM volta a falar que ainda este mês pode rolar fusão com o PSL do Bivar. Quanto ao Podemos (ex-PTN) ...

.

(Brasil)

... se a deputada federal (SP) Renata Abreu quiser, poderá se tornar a âncora da família Bolsonaro, desde que ela seja candidata ao Senado

.

M Í D I A S

Cesar Neto é jornalista desde 1992 e colunista de política na imprensa (São Paulo - Brasil) desde 1993. O site cesarneto.com recebeu a Medalha Anchieta (Câmara paulistana) e o Colar de Honra ao Mérito (Assembleia SP). Twitter @cesarnetoreal

cesar@cesarneto.com

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R$ 3,50

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

Assinatura on-line
Mensal: R$ 20,00
Radiobrás – Agência Brasil

Publicidade Legal
Balanços, Atas e Convocações
R. Albion, 229 - Cj. 113 - Lapa
Telefone: 3832-4488

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Lembre sempre de lavar as mãos

Apex lança programa para divulgação do agro brasileiro no exterior

A Agência Brasileira de Promoção de Exportações e Investimentos (Apex-Brasil) lançou, na terça-feira (14), o segundo ciclo do Programa de Imagem e Acesso a Mercados do Agronegócio Brasileiro (PAM-Agro). O objetivo é "qualificar a imagem do agronegócio brasileiro no exterior, posicionando o Brasil como referência global na produção agropecuária sustentável e reforçando o papel do país como potência agroambiental".

Um dos focos do programa é melhorar a percepção junto aos países europeus, não só para a consolidação do acesso dos produtos brasileiros àqueles mercados, mas para que reverbere nos demais destinos mundiais de interesse do agronegócio brasileiro. O Mercosul e a União Europeia fecharam um acordo de livre comércio em 2019, mas a entrada em vigor ainda depende da aprovação dos parlamentos e governos nacionais dos 31 países envolvidos.

Para o ministro das Relações Exteriores, Carlos França, há um cenário complexo no qual se insere as dinâmicas do comércio agropecuário e a imagem do agronegócio brasileiro. Segundo ele, por exemplo, é crescente a importância que se dá à sanidade alimentar no pós-pandemia da covid-19. "Percepções equivocadas sobre o produto brasileiro poderão resultar no uso, como barreira não tarifária, de padrões técnicos sanitários e fitossanitários, inclusive com exigência de certificação, rastreabilidade e requisitos probatórios", disse.

Segundo França, diversos países europeus já começaram a aprovar legislações nesse sentido. Dessa forma, para ele, é importante defender o conjunto de normas que rege o setor no Brasil e a credibilidade das instituições regulatórias brasileiras.

O ministro chamou atenção para as barreiras ambientais ao comércio. "Atualmente, argumentos ambientais constituem ameaça forte e injusta à reputação do agronegócio brasileiro", disse, acrescentando que "temas como desmatamento de florestas tropicais e uso de defensivos agrícolas têm potencial de condicionar o mercado de maneira equivocada e distorcida, comprometendo o acesso do produtor brasileiro a grandes mercados".

Segundo o ministro, países europeus estão aumentando a responsabilidade de empresas em comprovar os padrões ambientais em suas cadeias de fornecimento. Nesse sentido, para França, é preciso evidenciar também, as dimensões humana e socioeconômica da agropecuária, além da ambiental, e "seu entrelaçamento com os modos de vida, subsistência e prosperidade de populações locais".

"Estamos particularmente preocupados com a disseminação, perante a opinião pública nos grandes mercados internacionais, de uma visão reducionista que restringe a sustentabilidade apenas ao pilar ambiental, ignorando as vertentes social e econômica, que são absolutamente incontornáveis", argumentou.

O PAM-Agro é um esforço coletivo entre o poder público e organizações privadas do agronegócio. Serão mobilizados recursos humanos e financeiros para pesquisar e mapear aliados externos, implementar ações de comunicação e eventos e inovar nos meios de engajamento para impulsionar as exportações brasileiras.

Em 2020, no contexto da pandemia da covid-19, o agronegócio respondeu por quase metade das exportações brasileiras, 48%. No primeiro semestre deste ano, as exportações do setor somaram US$ 72,7 bilhões, o maior valor da história para o período, segundo o ministro Carlos França. (Agencia Brasil)

Maioria dos consumidores quer carros elétricos como opção de compra

A maioria dos consumidores brasileiros gostaria que os veículos elétricos estivessem disponíveis no mercado, mostra a pesquisa SAE Mobilidade – Edição 2021, divulgada na terça-feira (14). O estudo que ouviu consumidores e executivos da indústria automotiva foi feita pela consultoria KPMG com apoio da Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (Anfavea).

Segundo a pesquisa, 89,7% dos consumidores queriam que os carros elétricos fossem uma opção para compra.

Para o sócio-líder para indústria automotiva da KPMG, Ricardo Bacellar, há uma visão positiva consolidada no país sobre o uso dessa energia na mobilidade individual. "O brasileiro percebe o veículo elétrico como uma inovação tecnológica, e o brasileiro sempre gostou muito de tecnologia", comentou.

Pelo lado dos executivos da indústria, o estudo mostra que a maior parte também considera que os veículos elétricos são uma boa possibilidade para o futuro próximo. Cerca de 30% dos executivos de empresas ligadas à cadeia automotiva consideram os veículos elétricos plenamente viáveis. Para 42,9%, é parcialmente viável. Já 20,3% dos altos funcionários das empresas do setor acreditam esses modelos são parcialmente ou completamente inviáveis.

Inovação

A inovação nas formas de comercialização dos veículos também é uma expectativa dos executivos do setor. Entre esse público, 89,7% consideram uma necessidade a construção de alternativas para a venda de automóveis pela internet. Na opinião de 78,6%, esse novo modelo deve ser gerido em parceria entre as montadoras e as concessionárias.

Ainda na linha de abrir novas possibilidades de negócio, mais da metade dos consumidores (53,5%) disse que poderia se interessar pelos veículos por assinatura.

Essa modalidade funciona de forma semelhante a um aluguel em que o usuário paga uma taxa fixa por mês em um contrato por prazo determinado, em geral, pelo menos 12 meses, e fica com o automóvel, arcando apenas com o custo do abastecimento. Os impostos, as taxas e a manutenção ficam a cargo da locadora.

Cerca de 30% dos consumidores disseram não conhecer esse tipo de oferta e 16,8% afirmaram não ter interesse.

De acordo com Ricardo Bacellar, como essa alternativa reduz consideravelmente os custos relacionados aos veículos, pode ser uma opção de negócio para as empresas. (Agencia Brasil)

Governo quer que brasileiro voe mais, diz ministro da Infraestrutura

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse, na terça-feira (14), que o governo federal tem procurado investir em melhorias das instalações aeroportuárias a cargo do Poder Público e simplificar a legislação com o propósito de reduzir os custos da aviação civil e possibilitar que mais brasileiros possam viajar de avião.

"Partimos do pressuposto de que o brasileiro voa pouco e temos o objetivo de fazer com que o brasileiro voe mais, para mais localidades", disse Freitas ao participar, de uma reunião pública da Comissão de Viação e Transportes, da Câmara dos Deputados.

"Para atingir o objetivo era preciso melhorar a infraestrutura aeroportuária nacional, diminuir carga regulatória e também os preços dos combustíveis", acrescentou o ministro, garantindo que o governo vem atuando nas três frentes e que, "talvez, já na semana que vem", a Agência Nacional de Aviação Civil (Anac) submeta à Consulta Pública os editais relativos ao processo de concessão dos aeroportos incluídos na sétima rodada.

"Estamos na iminência de soltar a consulta pública da sétima rodada de concessões de aeroportos, que vai contemplar três blocos: o bloco Norte, com os aeroportos de Belém e Macapá; o bloco que contemplará outros aeroportos do Pará, Mato Grosso do Sul e Congonhas [SP] e um terceiro bloco, com aeroportos de Minas Gerais e o Santos Dumont, no Rio de Janeiro", disse Freitas, acrescentando que espera levar a leilão, no primeiro semestre de 2022, a 16 aeroportos hoje administrados pela Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero).

"Além de diminuir o fardo regulatório do setor, estamos investindo recursos do Fundo Nacional de Aviação Civil para estimular a aviação regional, investindo em aeroportos de menor capacidade que alimentarão os aeroportos maiores. E estamos tentando eliminar o problema do preço dos combustíveis combatendo a concentração de mercado - principalmente nos aeroportos com infraestrutura de tancagem , armazenamento em tanques que, por algum motivo, oferecem alguma barreira à entrada a novos distribuidores – e ajudando governos estaduais a promoverem a redução do ICMS da querosene de aviação", finalizou o ministro, apostando em que as ações do ministério contribuirão para atrair novas empresas aéreas e ampliar a oferta de assentos, ocasionando a queda dos preços das passagens.

Consultada sobre a fala do ministro, a Associação Brasileira das Empresas Aéreas (Abear) informou que aguarda por novas medidas que simplifiquem as regras do setor. "A agenda do governo federal é bastante convergente com a agenda do setor aéreo, uma vez que nossa prioridade é com o alinhamento regulatório nacional ao internacional, impactando na redução de custos e maior competitividade", comentou, em nota, o presidente da entidade, Eduardo Sanovicz, destacando que medidas de apoio foram determinantes para que as companhias superassem a crise decorrente da pandemia da covid-19.

"O compromisso do ministério com a agenda foi reafirmado recentemente, com a criação do Programa Voo Simples [iniciativa federal para desburocratizar a aviação civil]. Agora, o setor aguarda com muita expectativa a publicação da Medida Provisória que simplifica e desburocratiza o Código Brasileiro de Aeronáutica e outras legislações que regulamentam a operação das companhias aéreas. Essa revisão regulatória será fundamental para dinamizar o setor no pós-pandemia", complementou Sanovicz. (Agencia Brasil)

Vinculação de receitas limita investimentos públicos, segundo Tarcísio

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, disse na terça-feira (14) que a sociedade brasileira precisa rediscutir algumas das regras que, a seu ver, limitam a capacidade do Estado remanejar parte do dinheiro do Orçamento público destinada a gastos predefinidos por lei e investir esses recursos em obras de infraestrutura.

"A questão do orçamento é um desafio que vamos ter que encarar em algum momento. Vai ser necessário rediscutir, por exemplo, a questão da vinculação excessiva de receitas. Porque, de outra forma, não vamos conseguir criar espaço para os investimentos públicos necessários", disse Freitas durante reunião pública realizada pela Comissão de Viação e Transportes da Câmara dos Deputados.

A vinculação de receitas é um mecanismo constitucional que obriga os governos a priorizar certos gastos públicos definidos em lei. Este e outros mecanismos que estabelecem, previamente, quanto de dinheiro público deve ser destinado a determinadas áreas – como, por exemplo, Saúde e Educação – costumam ser alvo de críticas de quem entende que muitas despesas obrigatórias, ou pré-carimbadas, engessam a execução orçamentária, limitando a margem de manobra para o Poder Público alocar recursos naquilo que também julga prioridade.

Para exemplificar as dificuldades orçamentárias, o ministro citou o caso da rodovia BR-174, que liga Manaus a Boa Vista e é uma importante rota de escoamento da produção agrícola da Região Norte. "A manutenção da 174 está toda contratada, mas vai depender de suplementação orçamentária para ser intensificada. Estamos com os contratos de manutenção, mas não temos recursos. Isto está acontecendo no Brasil inteiro. Vivemos uma falta de recursos dramática que tem prejudicado o andamento dos trabalhos", afirmou Freitas.

O ministro falou sobre o tema ao defender a necessidade de investimentos públicos em setores e regiões de importância estratégica pouco atraentes para a iniciativa privada. "Mesmo com o Orçamento muito baixo e restrições fiscais, temos procurado entregar obras públicas. Entendemos que só as concessões de ativos como rodovias, aeroportos e até florestas públicas não serão suficientes, pois há regiões onde o setor privado não consegue atuar, pois não são atrativas", disse o ministro. Ele acrescentou que, só neste ano, o governo federal já entregou 68 importantes obras de infraestrutura rodoviária, ferroviária e aeroportuária.

"Estamos trabalhando muito para entregar obras dentro do limite do orçamento que temos", disse Freitas, lembrando que os recentes relatórios do Fórum Econômico Mundial vêm apontando melhorias da infraestrutura brasileira, com ganhos de competitividade para o país. "Começamos a avançar em relação a nossos pares. Nosso objetivo é nos tornarmos líderes em infraestrutura na América Latina. E acho que estamos andando bem nesta direção", afirmou. (Agencia Brasil)

INTERNACIONAL

CDC dos EUA reduz nível de alerta para viagens ao Brasil para "alto"

O Centro de Controle e Prevenção de Doenças dos Estados Unidos (CDC) diminuiu na segunda-feira (13) o nível de alerta para viagens ao Brasil por conta de preocupações com a covid-19 do nível "muito alto" para o "alto".

Em termos absolutos, o Brasil é o segundo país com maior número de óbitos pela doença, atrás somente dos Estados Unidos, e o terceiro em contagem de casos, abaixo de EUA e Índia.

O país, no entanto, tem registrado redução nos números da pandemia nas últimas semanas, à medida que avança em sua campanha de vacinação contra a Covid-19.

A média móvel de mortes diárias nos últimos 14 dias chegou a 535, em comparação com pico de quase 3.000 em abril.

O CDC também orientou os norte-americanos contra viagens para Afeganistão, Albânia, Sérvia, Belize e Lituânia, além de quatro outros destinos.

O nível de orientações de viagem foi aumentado para nove destinos para o nível "muito alto". O CDC afirmou que os norte-americanos devem evitar viajar para esses locais, que também incluem Granada, São Cristovão e Névis, Eslovênia e Ilhas Maurício.

O CDC também elevou seu rating para Austrália, Romênia e Etiópia para alto.

O Departamento de Estado dos EUA também elevou seu nível paralelo de alerta para "não viaje" para a maioria dos países nomeados pelo CDC nesta segunda-feira. No dia 31 de agosto, o Departamento de Estado elevara o Afeganistão para a categoria "não viaje".(Agencia Brasil)

China confina cidade com 5 milhões de habitantes após detectar surto

Cerca de 5 milhões de habitantes de Xiamen, no sudeste da China, foram na terça-feira (14) colocados em confinamento, após terem sido detectados 32 casos de covid-19, naquela que é uma das mais populosas cidades da província de Fujian.

No total, a província de Fujian registrou 60 novos casos nas últimas 24 horas, incluindo um assintomático.

Análises preliminares citadas pela imprensa local indicam a presença da variante Delta entre os contagiados.

O jornal *The Paper* alertou para a entrada em vigor, a partir da última meia-noite local (horário local), da suspensão dos serviços de ônibus de longa distância, no âmbito de uma série de medidas, que incluem o regresso às aulas *online*, em todos os níveis de ensino, e o fechamento de vários locais públicos.

A imprensa local também informou que todos os complexos residenciais de Xiamen permanecerão "fechados", para evitar que os moradores saiam. Apenas viajantes com teste negativo terão acesso ao aeroporto da cidade, feito, no máximo, 48 horas antes da partida.

De acordo com o jornal South China Morning Post, de Hong Kong, todas as celebrações e eventos do Festival do Meio de Outono, que ocorrem no próximo dia 21, foram cancelados, enquanto as reuniões com grande número de pessoas, como casamentos, foram proibidas. Os funerais devem ser realizados de "maneira simples", disseram as autoridades.

As cidades de Putian e Quanzhou (esta última, com mais de 6 milhões de habitantes), também na província de Fujian, registraram casos positivos, como parte do mesmo surto.

No caso de Putian - onde começa hoje a ser feita uma campanha massiva de testes - a imprensa local informou que as infecções estão concentradas numa escola e numa fábrica de calçado.

Na segunda-feira (13), as autoridades afirmaram que o surto deve alastrar-se a outras regiões do país, mas que poderão controlá-lo antes do início do feriado da "semana dourada", que se realiza no início de outubro.

A China pratica uma estratégia de tolerância zero contra o novo coronavírus, que envolve rígido controle sobre entradas no país, com quarentenas de até três semanas e vários exames, além da realização de testes em massa, nos locais onde é detectado novo surto.

O país somou 95.340 casos e 4.636 mortos desde o início da pandemia.

A covid-19 provocou pelo menos 4.627.854 mortes em todo o mundo, entre mais de 224,56 milhões de infecções pelo novo coronavírus registradas desde o início da pandemia.

A doença respiratória é provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2, detectado no fim de 2019 em Wuhan, cidade do centro da China, e atualmente com variantes identificadas em países como o Reino Unido, a Índia, África do Sul, o Brasil e o Peru. (Agencia Brasil)

O SEGREDO PARA IR NA CONTRAMÃO DA CRISE

Recupere impostos para os seus clientes e lucre com isso, entre em contato para saber mais:

Bruno Oliveira - (11) 98840-8473

TRIBUTARIE

Fiocruz volta a entregar doses da vacina contra covid-19

A Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) entregou na terça-feira (14) 1,7 milhão de doses da vacina Oxford/AstraZeneca ao Programa Nacional de Imunizações (PNI), após duas semanas sem liberar remessas. Parte dessas doses, 50 mil imunizantes, ficará no estado do Rio de Janeiro, e o restante seguirá para o Ministério da Saúde, em Brasília.

Segundo a fundação, o maior intervalo entre as remessas ocorreu porque o ingrediente farmacêutico ativo (IFA), importado para a fabricação da vacina, só chegou ao país no final do mês passado.

Com o atraso na entrega, alguns estados, como São Paulo, relataram a falta da Astra-Zeneca para aplicação de segunda dose.

Com este lote, a Fiocruz contabiliza a entrega de 93,6 milhões de doses ao PNI, sendo 89,6 milhões produzidos no Instituto de Tecnologia em Imunobiológicos (Bio-Manguinhos) e 4 milhões importadas pelo Instituto Serum, na Índia.

É previsto para esta semana a entrega de uma nova remessa de imunizantes. Assim, o número de doses produzidas no Brasil deve ultrapassar a marca de 100 milhões, contando com as vacinas já entregues e as que ainda estão em produção e controle de qualidade.

A previsão foi apresentada pelo gerente do projeto de implementação da vacina covid-19 em Bio-Manguinhos, Fábio Henrique Gonçalez, durante a Jornada Nacional de Imunizações. (Agencia Brasil)

Senado adia votação de PL que dá apoio ao setor cultural

O Senado adiou mais uma vez a votação do Projeto de Lei Complementar 73/2021, conhecido como Lei Paulo Gustavo. O projeto, cuja apreciação no Senado acumula adiamentos sucessivos, dá apoio financeiro ao setor cultural de estados e municípios. O pedido de adiamento partiu do líder do governo na Casa, senador Fernando Bezerra (MDB-PE), e foi acatado pelo presidente da Casa, Rodrigo Pacheco (DEM-MG). A previsão é ser pautado na semana que vem.

Fernando Bezerra alegou que a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) não deu margem para inclusão das despesas com o setor. "A Lei de Diretrizes Orçamentárias, que está sendo avaliada pelo Congresso Nacional, veio sem praticamente nenhum espaço no teto do gasto público. A aprovação dessa lei vai ter um impacto nas despesas públicas de aproximadamente R$ 4,3 bilhões", argumentou.

O senador Fernando Bezerra manifestou o compromisso em aprovar a matéria e viabilizar os gastos no orçamento, mas pediu um tempo até a votação de projetos de lei do Congresso (PLN) que viabilizariam tais gastos no orçamento. Ele associou esse espaço no orçamento às discussões da proposta de emenda à Constituição 23 (PEC 23), que muda as regras para o pagamento de precatórios, que são as dívidas do governo com sentença judicial definitiva. A PEC está em discussão na Câmara dos Deputados.

O autor do projeto, senador Paulo Rocha (PT-PA), protestou, mas aceitou o adiamento. Ele argumentou que a matéria já chega em seu quarto adiamento diante da expectativa do setor cultural. E lembrou que o projeto apenas concede aos estados e municípios a gestão do fundo cultural, com os R$ 4,3 bilhões citados por Fernando Bezerra, hoje gerido pelo governo.

"Como o governo mistura esses fundos nessa conta de teto de gastos, superávit, etc, nós queremos, com a lei, transferir para os estados e municípios aplicarem esse fundo. Não só valoriza a cultura local, como também tem repercussão na economia local", disse Paulo Rocha. (Agencia Brasil)

Denatran passa a ser secretaria e terá mais autonomia, diz ministro

O ministro da Infraestrutura, Tarcísio Gomes de Freitas, afirmou que a transformação do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran) em Secretaria Nacional de Trânsito, a partir desta quinta-feira (16), dará mais autonomia aos gestores públicos responsáveis por definir as leis e normas para o setor.

"A ideia é dar maior destaque para o tema trânsito dentro da agenda política do governo federal e maior autonomia administrativa, o que resultará em mais celeridade nos processos decisórios, além de um reforço na estrutura funcional, sem que isto acarrete aumento de despesas", afirmou Freitas ao participar, nesta manhã, de uma reunião pública da Comissão de Viação e Transportes, da Câmara dos Deputados.

A criação da Secretaria Nacional de Trânsito consta do Decreto n ° 10.788, publicado no Diário Oficial da União do último dia 8. O decreto trata da nova Estrutura Regimental do Ministério da Infraestrutura e estabelece que a secretaria será composta pelos departamentos de Gestão Política de Trânsito; de Segurança no Trânsito e de Regulação e Fiscalização.

"A decisão de transformar o departamento em secretaria vai ao encontro do pilar de fortalecimento institucional previsto no Plano Nacional de Redução de Mortes e Lesões no Trânsito, aprovado pelo Contran, Conselho Nacional de Trânsito", acrescentou o ministro. "Conseguiremos dar maior peso político, mais relevância e mais estrutura ao setor sem aumentar despesas, só a partir da conversão de transformação e o remanejamento de cargos.

Com a iniciativa, a secretaria nacional assumirá a condição de órgão máximo executivo do Sistema Nacional de Trânsito (SNT).

Praticagem

Ainda durante a reunião da comissão parlamentar de Viação e Transportes, o ministro comentou que os custos com a atividade de praticagem (realizada pelos práticos, profissionais encarregados de orientar a entrada e a saída de navios dos portos marítimos ou fluviais) encarecem muito os custos de navegar pela costa brasileira, afastando investimentos.

"Entendo que este é um tema que tem que ser discutido; algo que tem trazido muito transtorno e inquietação para o setor produtivo, sobretudo para o setor do turismo. Há um incômodo geral com os altos preços praticados pela praticagem. Custos que acabam sendo muito relevantes para a cabotagem e para o turismo, afastando navios de cruzeiros do Brasil", disse Freitas.

"Vemos a praticagem atuando com muita força para manter uma situação, em tese, de livre mercado, mas que não é bem assim. Teremos que discutir em que medida é necessária uma regulação econômica desta atividade para evitar abusos e já temos conversado bastante com a Marinha, até porque esta é uma questão que envolve segurança. Teremos que administrar as visões conflitantes que existem até dentro do próprio Parlamento. Sabemos o peso que este item tem na conta, principalmente quando estamos falando de cabotagem e de turismo", concluiu o ministro. (Agencia Brasil)

Spray nasal feito no Brasil pode estar disponível até 2022

Uma vacina em forma de spray nasal contra a covid-19 está sendo desenvolvida por pesquisadores da Universidade de São Paulo (USP), em parceria com a Universidade Federal de São Paulo (Unifesp) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz). Em fase de estudos, o novo imunizante promete ser de baixo custo, proteger contra variantes e bloquear o novo vírus ainda no nariz. A expectativa é que ela esteja disponível até o fim de 2022.

"Você já começa a induzir resposta no epitélio nasal e induzir a produção de um anticorpo que é muito importante nas mucosas, que são as IgAs, Imunoglobulina A, secretórias", explica o coordenador do estudo, Jorge Elias Kalil Filho, professor da Faculdade de Medicina da USP e chefe do Laboratório de Imunologia Clínica e Alergia do Hospital das Clínicas.

Além de inovar na forma de inoculação do vírus, com aplicação pelo nariz e não por via intramuscular, o imunizante também se diferencia no antígeno. "Em vez de usarmos a Spike do vírus de Wuhan, nós vamos utilizar só a RBD [domínio receptor obrigatório, pela sigla em inglês] das quatro variantes de preocupação", diz Kalil Filho. De acordo com a Fiocruz, a proteína Spike é associada à capacidade de entrada do patógeno nas células humanas e é um dos principais alvos dos anticorpos neutralizantes produzidos pelo organismo para bloquear o vírus.

O pesquisador explica ainda que o antígeno vai conter pedaços de proteínas que estimulem a resposta celular mais duradoura do que aquela mediada pelos anticorpos neutralizantes. "Nós estudamos 220 pessoas que tiveram a doença, estudamos também por informática todo o genoma do vírus e selecionamos fragmentos que teoricamente induzem uma boa resposta celular", acrescenta.

O imunizante, portanto, deve incluir fragmentos que são capazes de matar a célula, caso ela seja infectada. "Se o vírus entrar na célula, a única coisa que você pode fazer é usar as células chamadas CD8 citotóxicas, que matam a célula infectada", afirma Kalil Filho. O spray deve incluir, portanto, os chamados linfócitos T CD8+ citotóxicos, que matam células doentes, e os linfócitos T CD4+, que auxiliam na produção de anticorpos e nas respostas citotóxicas.

Outra inovação do produto é a criação de um tipo de nanopartícula que adere à mucosa do nariz.

Sobre o custo, Kalil Filho diz que deve ficar em torno de US$ 5, mas que ainda são necessárias outras análises relacionadas ao rendimento. "Nós temos alguns laboratórios que produzem proteínas recombinantes, mas ainda está muito no início, então estamos tratando com as empresas farmacêuticas pra ver se a gente acha alguma que consiga produzir com boa quantidade".

A vacina spray nasal pode funcionar como um reforço para as doses já existentes e aplicadas por via intramuscular. (Agencia Brasil)

Tolentino diz não ter relação com FIB Bank e é desmentido na CPI

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia do Senado, ouviu na terça-feira (14) o advogado e empresário Marcos Tolentino da Silva, suspeito de ser sócio oculto do FIB Bank. A empresa, que não é um banco, concedeu uma garantia financeira de R$ 80,7 milhões à Precisa Medicamentos no contrato da vacina indiana Covaxin com o Ministério da Saúde. O contrato foi cancelado após denúncias de irregularidades trazidas pela CPI. Tolentino negou qualquer participação no quadro societário do FIB Bank, mas não esclareceu sua relação com a empresa.

"Eu ingressei como sócio da empresa de Benetti e me desliguei do quadro societário há quase 12 anos. Dessa empresa, derivaram muitos negócios e bens, empresas. Algumas dessas permaneceram de minha propriedade e outras foram para o filho de Benetti. E a empresa principal foi transferida. A empresa Pico do Juazeiro, derivada dela, tornou-se sócia da empresa FIB Bank", disse.

Marcos Tolentino disse que fez parte da Benetti Prestadora de Serviços, mas que se desligou do quadro societário há 12 anos. Ele era sócio do grupo de empresas com Edson Benetti, já falecido. Segundo Tolentino, por ter imóveis, ativos e precatórios em comum com algumas empresas dessa antiga sociedade, ele possui procuração que o ligaria ao atual sócio, Ricardo Benetti.

Procuração

Ao responder a um questionamento do relator do colegiado, Renan Calheiros (MDB-AL), o advogado disse não existir nenhuma procuração para que ele represente a FIB Bank. Calheiros contestou a afirmação e exibiu vídeo e documentação que indicam que, em 2011, a Benetti Prestadora de Serviços passou procuração dando plenos poderes a Tolentino para representar legalmente uma empresa sócia da FIB Bank, a Pico do Juazeiro.

Ainda sobre a ligação de Tolentino com o FIB Bank, a senadora Simone Tebet (MDB-MS) afirmou que não existe no direito brasileiro uma procuração com poderes irreversíveis e absolutos, o que "caracteriza que a pessoa passa a ser proprietária".

"Várias matérias apontam que Tolentino é o verdadeiro dono da FIB Bank, sendo o sócio oculto da empresa e, por ser amigo direto do deputado Ricardo Barros, teria facilitado a emissão da carta fiança a favor do contrato da Precisa Medicamentos para compra da Covaxin e de outros contratos no Ministério da Saúde ", concluiu o senador Renan Calheiros.

Negociações

Segundo o relator, Tolentino é representante, procurador ou administrador das empresas FIB Bank, Pico do Juazeiro e MB Guassu, em caráter irretratável, sem a obrigatoriedade de prestação de contas. O que, para ele, também caracterizaria a propriedade de Tolentino sobre as empresas.

O depoente negou qualquer participação nas negociações sobre a Covaxin. "Eu estava totalmente fora de qualquer atividade que possibilitaria qualquer participação, interferência, no ato correspondente à compra, negociação da vacina Covaxin", afirmou.

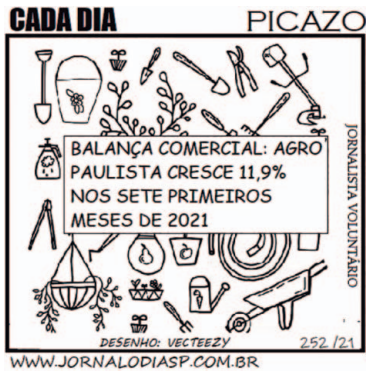
Marcos Tolentino também falou da relação com o líder do governo na Câmara, Ricardo Barros (Progressistas-PR), investigado pela CPI. "Sobre minha ligação com o deputado Ricardo Barros, cabe declarar que se trata de um conhecido há muitos anos, desde que morei em Curitiba. Sendo que até hoje mantenho vínculo de respeito, amizade, nada mais do que isso", afirmou Tolentino à CPI. A comissão investiga também se Barros tem ligação com a Precisa e se o deputado está envolvido em irregularidades na negociação da Covaxin. O parlamentar nega as acusações.

Tolentino acrescentou que conheceu o presidente da República, Jair Bolsonaro, quando o presidente da República ainda era deputado federal. Segundo ele, os dois estiveram juntos em encontros "meramente casuais".

Em relação aos filhos do presidente, Marcos Tolentino afirmou conhecer o senador Flávio Bolsonaro (Patriota-RJ) e o deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) de eventos políticos e sociais. Tolentino disse não conhecer Jair Renan Bolsonaro.

Convocação

O depoimento de Tolentino aos senadores estava marcado para o começo de setembro. O empresário informou que havia sido internado no Hospital Sírio-Libanês, em São Paulo, com "formigamento no corpo" e não compareceu. A Justiça Federal do Distrito Federal decidiu que Tolentino poderia ser alvo de condução coercitiva caso não comparecesse ao depoimento, o que acabou não sendo necessário hoje. Ele chegou ao Senado acompanhado de um médico e de um advogado. Amparado por um habeas corpus concedido pelo Supremo Tribunal Federal ele se reservou o direito de ficar calado várias vezes. (Agencia Brasil)



Para ministro, 5G resultará em US$ 1,2 trilhão em investimentos

O ministro das Comunicações, Fábio Faria, estima que a quinta geração de internet (5G) poderá resultar em um total de US$ 1,2 trilhão em investimentos diretos e indiretos no país – motivo pelo qual ele tem buscado dar celeridade ao processo que resultará no leilão das faixas destinadas à nova tecnologia.

Segundo o ministro, um outro fator a ser considerado é o avanço que o 5G proporcionará em termos de inclusão digital e social. "O Brasil não pode ficar para trás nesse processo", disse o ministro destacando que o setor de telecomunicações é prioridade da pasta.

De acordo com Faria, com a internet 5G, "o problema de cobertura será eliminado do Brasil". As declarações foram feitas durante a abertura do seminário Painel Telebrasil 2021.

"Precisamos fazer logo o leilão porque temos mais de 40 milhões de pessoas sem internet, que dependem dela para trabalhar, estudar, matar saudades; para receber auxílio emergencial e para se informar. Quanto mais rápido realizarmos o leilão, mais rápido conectaremos essas pessoas, dando condição mínima de inclusão digital e social a elas", disse o ministro ao estimar que, implantada, a 5G trará, ao país, US$ 1,2 trilhão em investimentos.

Diante dessa expectativa, Faria disse ter colocado uma equipe trabalhando constantemente para responder eventuais demandas e dúvidas da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), do Tribunal de Contas da União (TCU) e Congresso Nacional. "5G não é programa de governo, mas de Estado, para fazer nosso país ser respeitado no mundo inteiro", disse.

O pedido de celeridade foi feito um dia após a Anatel ter adiado a conclusão da análise do edital do leilão do 5G. O adiamento ocorreu após pedido de vista feito pelo conselheiro Moisés Queiroz Moreira. A data para retomada da discussão não foi definida.

O 5G é uma nova tecnologia que amplia a velocidade da conexão móvel e reduz a latência, permitindo novos serviços com conexão segura e estabilidade. Indústria, saúde, agricultura, produção e difusão de conteúdos são áreas que podem ser beneficiadas.

A proposta de leilão tem valor previsto de R$ 44 bilhões e está estruturada com foco em investimentos e oferta da tecnologia a todos os municípios com mais de 600 pessoas, e não na arrecadação de recursos para o governo.

Também convidado para falar no Painel Telebrasil, o presidente da Anatel, Leonardo Euler, estima que, ao longo de 20 anos, "os investimentos relacionados à internet 5G vão gerar R$ 160 bilhões em investimentos". Durante sua fala, Euler destacou o papel que as soluções digitais tiveram para o combate à pandemia e para a implantação de políticas públicas.

Outro convidado do painel foi o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, que defendeu a "criação de uma agência regulamentadora que abranja telecomunicações e radiodifusão, de forma a evitar propriedade cruzada", conforme recomendado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Citando outra recomendação apresentada no relatório da OCDE, o presidente do Senado disse que é preciso enfrentar a questão tributária, uma vez que 40% dos preços de serviços de banda larga móvel são compostos de tributos e taxas. (Agencia Brasil)

Produção de motocicletas cresce 30,2% em agosto

A produção de motocicletas no Polo Industrial de Manaus (PIM) chegou a 123.722 unidades em agosto, o que representa 30,2% a mais do que em julho, quando foram produzidas 95.025 unidades. O número é também 25,8% maior na comparação com o mesmo mês do ano passado (98.358 unidades).

Esse foi o segundo melhor resultado do ano, ficando atrás apenas de março, quando saíram das linhas de montagem 125.556 motocicletas. Os dados foram divulgados na terça-feira (13) pela Associação Brasileira dos Fabricantes de Motocicletas, Ciclomotores, Motonetas, Bicicletas e Similares (Abraciclo).

No acumulado do ano foram fabricadas 787.610 motocicletas, alta de 33,8% na comparação com o mesmo período de 2020 (588.495 unidades). Segundo a entidade, esse é o melhor resultado para os oito primeiros meses do ano, desde 2015 quando a produção totalizou 913.972 motocicletas.

O levantamento aponta, ainda, que o licenciamento em agosto chegou a 102.463 motocicletas, correspondendo a uma queda de 9,0% na comparação com julho (112.538 unidades). O recuo já era esperado por causa das férias coletivas de julho, o que reduziu a oferta de motocicletas no mercado.

Na comparação com agosto de 2020, quando foram emplacadas 95.961 motocicletas, houve alta de 6,8%. De janeiro a agosto, foram emplacadas 732.155 motocicletas, representando aumento 37,8% na comparação com as 531.250 registradas no mesmo período de 2020.

De acordo com os dados, a média diária de vendas em agosto, que teve 22 dias úteis, foi de 4.657 motocicletas, 9% inferior ao do mês anterior, que contou com 19 dias úteis e teve média de vendas de 5.115 unidades por dia). Na comparação com agosto do ano passado, que também teve 22 dias úteis, houve alta de 6,8% (4.362 motocicletas por dia).

A categoria mais vendida, com 50.392 unidades, foi a Street. Esse volume corresponde a 49,2% do total do mercado. Em segundo lugar, ficou a Trail (20.207 unidades e 19,7% do mercado), seguida pela Motoneta (14.073 unidades e 13,7%).

As exportações caíram 7% em agosto, com o embarque de 5.607 unidades ante as 6.026 de julho. Já na comparação com o mesmo mês do ano passado houve alta de 8,5% (5.167 unidades). Os Estados Unidos foram o principal mercado, com 1.924 motocicletas e 29,7% do volume total exportado. Em segundo lugar, ficou a Argentina (1.876 unidades e 29% do volume exportado), seguida pela Colômbia (1.512 motocicletas e 23,4%).

No acumulado do ano, as exportações somaram 37.893 unidades, alta de 88% na comparação com o mesmo período de 2020 (20.157 motocicletas), sendo o principal destino a Argentina, que recebeu 11.321 motocicletas, o que corresponde a 29,6% das exportações. Na sequência vieram a Colômbia (8.551 unidades e 22,3% do total exportado) e os Estados Unidos (8.494 motocicletas e 22,2%). (Agencia Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

Leilão de Arte - Gustavo Augusto Magalhães (Leiloeiro oficial JUCESP 1128) comunica que será realizado o leilão de Vinil, CD e DVD edital 22218 nos dias 16, 17 e 18 de setembro às 17 horas. www.arteabstrataleiloes.com.br - SP/SP (11) 2589-1522 e (11)99152-5 7 5 5
arteabstrataleiloes@gmail.com

Jornal O DIA SP

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

O Presidente do SINDAP/SP - Sindicato dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, convoca os associados do SINDAP/SP- para a Assembleia Geral Extraordinária, para a constituição da Comissão Eleitoral, no dia 20 de setembro de 2021 , às 15 horas, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, e às 15h30 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados, conforme o estatuto social, por videoconferência pela plataforma ZOOM, em virtude da pandemia e da proibição de ingresso de aposentados no Palácio 9 de Julho, sede da ALESP. Na ocasião será também apresentado o Atestado de Óbito do presidente Gilsiel Silva Santos, ocorrido em 17 de maio de 2021, tendo assumido seu cargo o vice-presidente Gaspar Bissolotti Neto, que ocupava a Suplência e foi indicado em reunião da Diretoria de 6/2/2019. São Paulo, 13 de Setembro de 2021.
GASPAR BISSOLOTTI NETO - PRESIDENTE.

CONVOCAÇÃO
ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA ELEITORAL DO SINDAP/SP

O Presidente do SINDAP/SP - Sindicato dos Servidores Aposentados e Pensionistas da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, convoca os associados do SINDAP/SP- para a Assembleia Geral Ordinária Eleitoral para a renovação da Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Deliberativo da entidade, para o triênio 2021-2024, que se realizará dia 6 de Outubro de 2021, às 9 horas, em primeira convocação, com a maioria absoluta dos associados, e às 11 horas em segunda convocação, com qualquer número de associados, conforme determinam os artigos 20, 49, 50 51 e sequentes até o 61 do estatuto social. Por videoconferência pela plataforma ZOOM, em virtude da pandemia e da proibição de ingresso de aposentados no Palácio 9 de Julho, sede da ALESP. O registro das chapas concorrentes deverá ser feito por requerimento de inscrição de chapas completas, por escrito, e com assinatura de todos os concorrentes, na mesma folha ou declaração anexa, em duas vias, devendo ser apresentada na secretaria do SINDAP/SP, a partir da data da convocação até às 18 horas do 5º dia anterior ao pleito. Os sócios consignatários em situação não poderão integrar outra, ficando proibida, também, a acumulação de funções eletivas. O candidato ao cargo de Presidente da Diretoria Executiva será responsável pela Chapa e receberá o protocolo de inscrição. O prazo para a impugnação das chapas será até as 18 horas do 3º dia anterior ao pleito. São Paulo, 13 de Setembro de 2021.
GASPAR BISSOLOTTI NETO - PRESIDENTE EM EXERCÍCIO DO SINDAP/SP.

Edital de citação. Processo nº 1034425.96.2021.8.26.0100. FAZ SABER a Atlas Serviços Em Alvos Digitais, Atlas Serviços- Serviços de Suporte Administrativo e de Consultoria Em de Gestão Empresarial Ltda e Atlas Proj Tecnologia Ltda, domicílio ignorado, incerto e não sabido, que lhe foi movida Ação de Rescisória de Contrato de Prestação de Serviços de Grupo Econômico por Fábio Sassaki Takayama. Encontrando-se a parte ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, apresente contestação, sob pena de revelia. No silêncio, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. O presente edital tem o prazo de 20 dias.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.PROCESSO Nº 1026910-20.2018.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 7ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). José Carlos de França Carvalho Neto, no uso da lei, etc. FAZ SABER a WELLINGTON HENRIQUE TORATTI, CPF 954.597.828-72, que lhe foi proposta uma ação de Execução de Título Extrajudicial por parte de CENTRO EDUCACIONAL SANTA FILOMENA LTDA, alegando em síntese ser credora do valor de R$ 7.495,94 (08/2019 fls. 77/78), referente ao contrato de prestações de serviços educacionais. Estando o executado em lugar ignorado, expede-se edital, para que em 60 dias, a fluir dos 20 dias supra, pague o débito atualizado, comprove o pagamento da quantia ora cobrada, seja reduzida pela metade, ou em 15 dias, embargue ou reconheça o crédito do exequente, comprovando o depósito de 30% do valor da execução, inclusive custas e honorários, podendo requerer que o pagamento restante seja feito em 6 parcelas mensais, acrescidas de correção monetária e juros de 1% (um por cento) ao mês, sob pena de converter-se em PENHORA OU ARRESTO, procedido oficialmente e quanto bloqueada judicialmente de R$ 606.46 fls. 82/84. Decorridos os prazos supra, no silêncio, será nomeado curador especial e dado regular prosseguimento ao feito. Será o presente, afixado e publicado. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de agosto de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0041399-55.2013.8.26.0001. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). Juliana Crespo Dias, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a MARILIMAR MARCENARIA LTDA - CPF 60.694.880/0001-15 e Maria Lucia Ferreira Lopes de Monteiro por parte de Madeifolha Comercio de Revestimentos Ltda, alegando em síntese: recebimento de R$2.867,81 (Fev/2019), acrescidos de juros e correção monetária, referente ao cheque nº 000100, do Banco Citibank, conta 20361181, no valor de R$ 442,00 (07/01/2008), devolvido por insuficiência de fundos. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias úteis, que fluirá após os 20 dias supra, efetue o pagamento do valor do débito atualizado ou ofereça embargos, ficando isentos de custas, havendo isenção das custas processuais se cumprir o mandado no prazo, nos termos do artigo 701, §1º do CPC2015 e honorários advocatícios de cinco por cento (5%) do valor atribuído à causa, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial. Será nomeado curador especial em caso de revelia (art.257, inciso IV do CPC), presumindo-se verdadeiras as alegações de fato formuladas pelo autor (art.344 do NCPC). Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. B 14 e 15/09

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 0029152-55.2021.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Sidney da Silva Braga, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Paula Fernanda Antunes Ferreira, Rioexis, RG.26833.1271, CPF. 268.186.618-51, que por este Juízo tramita uma ação de Cumprimento de Sentença, movida por Sociedade Unificada Paulista de Educação e Comunicação Superior – EC Ltda. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, nos termos do artigo 513, § 2º, IV do CPC, foi determinada a sua **INTIMAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague a quantia de R$ 5.476,97 (junho/ 2021), devidamente atualizada, sob pena de multa de 10% sobre o valor do débito e honorários advocatícios de 10% (artigo 523 e parágrafos, do Código de Processo Civil). Fica ciente, ainda, que nos termos do artigo 525 do Código de Processo Civil, transcorrido o período acima indicado sem o pagamento voluntário, inicia-se o prazo de 15 (quinze) dias para que a executada, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de julho de 2021. 15 e 16.09

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1008510-80.2018.8.26.0704. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Mônica de Cássia Thomaz Perez Reis Lobo, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a **ANDREA CRISTINA RAYMUNDO CHIMELLO**, CPF 128.217.758-30, que lhe foi proposta uma ação Monitória, para que se **SISTEMA INTEGRADO DE EDUCAÇÃO E CULTURA SNIEC LTDA** objetivando a cobrança de **R$ 1.483,96 (agosto/2017)**, decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou ofereça embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18/08/2021. 15 e 16.09

TORONTO S.A. - DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES
CNPJ 31.485.344/0001-61-NIRE 35300521192-7
Companhia Fechada
CARTA DE RENÚNCIA
A Companhia informa que em 12 de agosto de 2021, recebeu a carta de renúncia do Sr. **MARCO ANTONIO SOUZA CAUDURO**, ao cargo de membro suplente do Conselho de Administração da Companhia, com registro perante a JUCESP nº 434.841/21-8 em 03/09/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

TORONTO S.A. - DESENVOLVIMENTO E PARTICIPAÇÕES
CNPJ 31.485.344/0001-61
NIRE 353005219 2-7-Companhia Fechada
CARTA DE RENÚNCIA
A Companhia informa que em 12 de agosto de 2021, recebeu a carta de renúncia do Sr. **FÁBIO RUSSO CORRÊA, ao cargo de membro efetivo do Conselho de Administração da Companhia**, com registro perante a JUCESP nº 434.841/21-8 em 03/09/2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Geribá Investimentos em Energia S.A. CNPJ/NF 34.831.785/0001-66 - NIRE 353.0054135-9
Edital de Convocação de Assembleia Geral Extraordinária
Nos termos do artigo 124 da Lei 6.404/76, e do artigo 12 do estatuto social da Geribá Investimentos em Energia S.A. ("**Companhia**"), ficam os acionistas convocados a se reunir em AGE, para o dia 17 de setembro de 2021, às 15h, em primeira convocação, a ser realizada na Rua Dr. Renato Paes de Barros, nº 750, 17º andar, conjunto 173, sala GIE, Itaim Bibi, CEP 04530-001, na cidade de São Paulo/SP, para deliberar sobre a conversão de crédito atualmente detido pelo Companhia junto a BRK Energia Renováveis Brasil S.A., Eólica Pedra Branca S.A. e EBB Brasil Energia S.A., conforme plano de recuperação judicial apresentado nos autos do Recuperação Judicial nº 0307049-96.2018.8.05.0001, em trâmite perante a 2ª Vara Empresarial da Comarca de Salvador/BA ("**Cessão**") e autorização para os membros da diretoria praticarem todos os atos necessários para a conversão do Cédito. Para participar na Assembleia, os acionistas deverão apresentar originais ou cópias autenticadas dos seguintes documentos: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante; (ii) instrumento de procuração, devidamente regularizado no Brasil, se for o caso; e, na hipótese de representação do acionista. Para fins de melhor organização da Assembleia Geral, a Companhia recomenda o depósito na Companhia, com antecedência de 72 horas contadas da data da realização da Assembleia Geral, de cópia simples dos documentos acima referidos. São Paulo, 14/09/2021. Geribá Investimentos em Energia S.A. Diretor Mario Jovovic

CBR 059 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/31.178.579/0001-00 - NIRE 352353201 28
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Data, Hora, Local: 02.09.2021, às 10 hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 - parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Celso Antonio Alves**, Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações Aprovadas:** (i) Redução do capital social em R$ 5.000.000,00, considerados excessivos em relação ao objeto social, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, mediante o cancelamento de 5.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, passa o capital social **de** R$ 14.808.850,00 **para** R$ 9.808.850,00. (ii) Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários, após o que, os sócios aprovaram a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.09.2021. **Sócia: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**. Celso Antonio Alves e Sigrid Amantino Barcelos

CBR 068 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ/32.475.778/0001-43 - NIRE 352353400 71
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Data, Hora, Local: 02.09.2021, às 10 hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, sala 01 – parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Celso Antonio Alves**, Secretária: **Sigrid Amantino Barcelos**. **Deliberações Aprovadas:** (i) Redução do capital social em R$ 40.000.000,00, considerados excessivos, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, com o cancelamento de 40.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, todas da sócia **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**, a qual receberá em moeda corrente do país o valor das quotas canceladas a título de capital excessivo. Dessa forma, passa o capital social **de** R$ 7.449.298,00 **para** R$ 3.449.298,00. (ii) Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários, após o que, os sócios aprovaram a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.09.2021. **Sócia: Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações**. Celso Antonio Alves e Sigrid Amantino Barcelos.

CBR 081 Empreendimentos Imobiliários Ltda.
CNPJ: 33.789.444/0001-07 - NIRE: 35.235.541.795
Extrato da Ata de Reunião de Sócios
Data, Hora, Local: 02.09.2021, às 10hs, na sede social, Rua do Rócio, nº 109, 3º andar, Sala 01 - Parte, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Presidente: **Miguel Maia Mickelberg**, Secretário: **Celso Antonio Alves**. **Deliberações Aprovadas:** *(i)* Redução do capital social em R$ 40.071.981,00, sendo R$ 71.981,00 direcionados para absorção de prejuízos e R$ 40.000.000,00 considerados excessivos, nos termos do artigo 1.082, II, do Código Civil, com o cancelamento de 40.000.000 de quotas, com valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 36.760.000 quotas de propriedade da **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** e 3.240.000 quotas de propriedade da **Flamingo - Investimentos Imobiliários Ltda.**, as quais receberão o valor da redução em moeda corrente do país, a título de redução do valor das quotas canceladas. Dessa forma, passa o Capital **de** R$ 103.903.667,00 **para** R$ 63.831.686,00, dividido em 63.831.686,00 quotas; *(ii)* Autorizar os administradores a assinar e firmar todos os documentos necessários, após o que, arquivaram a alteração do contrato social consignando o novo valor do capital social. **Encerramento:** Nada mais. São Paulo, 02.09.2021. *Sócias:* **Cyrela Brazil Realty S/A Empreendimentos e Participações** e **Flamingo - Investimentos Imobiliários Ltda.** ambas por Miguel Maia Mickelberg e Celso Antonio Alves.

Rafamá S.A
Companhia Fechada - CNPJ/NIF: 24.427.848/0001-60 - NIRE: 35.300.489.926
Extrato da Ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária
Local, Data, Hora: 26.04.2021, às 15hs, na sede social, Rua Gomes de Carvalho, nº 1356, Conjunto 72, Vila Olímpia, São Paulo/SP. **Convocação:** Dispensada. **Presença:** Totalidade dos acionistas e perito avaliador. **Mesa:** Presidente: **Marcos Atushi Yasuda**, Secretário: **Eduardo Alberto Martins**. **Deliberações Aprovadas: 1)** As demonstrações financeiras do exercício encerrado em 31/12/2020, sendo dispensada a publicação do balanço patrimonial, 2) Capital social que é de R$ 401.935,00, será aumentado em R$ 139.746,00, mediante a subscrição de 139.746 ações ordinárias, de forma e atendendo ao artigo 199 da Lei nº 6.404/76 e consequente alteração do R$ 1.00 cada, conforme do estatuto: *Artigo 5º: O capital social da Companhia é de R$ 541.681,00, totalmente integralizado e dividido em 541.681 ações, ordinárias, todas nominativas.* **3)** Não houve eleição da Diretoria, permanecendo o mandato dos atuais *diretores vigente até 26/04/23, Eduardo Martins, como diretor-presidente, engenheiro civil, RG 18.265.549 SSP/SP, CPF nº* 137.528.468-88 e Marcos Atushi Yasuda, brasileiro, divorciado, engenheiro civil, RG 18.718.705 SSP/SP, CPF nº 135.529.168-22. A declaração de desimpedimento está arquivada na sede da Companhia. **4)** Consolidação do estatuto, sendo a publicação da consolidação dispensada pelos acionistas. **Encerramento**: Nada mais. São Paulo, 26.04.2021. **Marco Atushi Yasuda** - Presidente; **Eduardo Alberto Martins** - Secretário. Acionistas: **Eduardo Alberto Martins; Marco Atushi Yasuda**. JUCESP 436.933/21-4 em 08.09.2021. Gisela Simiema Ceschin - Secretária Geral.

Property Brasil S.A. - CNPJ 10.395.731/0001-37 - NIRE 35.300.361.709
Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 14.09.2021
Data, Local, Hora: 14.09.2021, às 14hs, na sede, na Rua Joaquim Floriano, nº 1052, 6º andar, conjunto 62, São Paulo/SP. **Presença:** Totalidade do capital social. **Mesa:** Cláudia Calandra Barroquello de Lima, Presidente; Márcio Álvaro Moreira Caruso, Secretário. **Deliberações Aprovadas: 1.** Com fundamento no artigo 173 da LSA, a redução do capital social em R$ 22.174.396,00 (vinte e dois milhões, cento e setenta e quatro mil, trezentos e noventa e seis reais), sem valor nominal de R$ 1,00 cada uma, sendo 13.178.600 ações de propriedade da **Resedá Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, e 8.996.396 ações de propriedade da **Cisalpina Participações Ltda. 2.** Aprovar que o pagamento da restituição de capital social será feito mediante: i) a cessão da totalidade das quotas do capital social da **CA Indaiatuba I Empreendimentos e Participações Ltda.**, CNPJ/MF 10.476.603/0001-18 e com seus atos constitutivos registrados no JUCESP sob o NIRE 35.222.853.661 ("CA 1"), de titularidade da Sociedade, qual seja 4.351.702 quotas, sendo 2.586.216 quotas entregues para a **Resedá** e 1.765.486 quotas entregues para a **Cisalpina,** as quais são transferidas para as sócias pelo valor total de R$ 4.184.117,27, cabendo R$ 2.486.816,73 para as quotas entregues para a **Resedá** e R$ 1.697.493,54 para as quotas entregues para a **Cisalpina,** valores estes coincidentes com o valor contábil patrimonial de avaliação das referidas quotas, conforme preceito no artigo 22 da Lei nº 9.249/1995; ii) a cessão da totalidade das quotas do capital social da **CA Indaiatuba 3 Empreendimentos e Participações Ltda.**, CNPJ/MF 10.464.114/0001-46 e com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.222.803.982 ("CA 3"), de titularidade da Sociedade, qual seja, 12.539.523 quotas, sendo 7.452.239 quotas para a **Resedá** e 5.087.284 quotas para a **Cisalpina,** as quais são transferidas para as sócias pelo valor total de R$ 12.054.303,89, cabendo R$ 7.163.872,80 para as quotas entregues para a **Resedá** e R$ 4.890.431,09 para as quotas entregues para a **Cisalpina,** valores estes coincidentes com o valor contábil patrimonial de avaliação das referidas quotas, conforme preceito no artigo 22 da Lei nº 9.249/1995; iii) a cessão da totalidade das quotas do capital social da **CA Indaiatuba 2 Empreendimentos e Participações Ltda.**, CNPJ/MF 10.464.114/0001-46 e com seus atos constitutivos registrados na JUCESP sob o NIRE 35.222.803.982 ("CA 3"), de titularidade da Sociedade, qual seja, 12.539.523 quotas, sendo 7.452.239 quotas para a **Resedá** e 5.087.284 quotas para a **Cisalpina,** as quais são transferidas para as sócias pelo valor total de R$ 12.054.303,89, cabendo R$ 7.163.872,80 para as quotas entregues para a **Resedá** e R$ 4.890.431,09 para as quotas entregues para a **Cisalpina,** valores estes coincidentes com o valor contábil patrimonial de avaliação das referidas quotas, conforme preceito no artigo 22 da Lei nº 9.249/1995; iv) R$ 135.001,49 de crédito decorrente de adiantamento de futuro do CAJ, sendo R$ 90.231,29 para **Resedá** e R$ 44.770,10 para **Cisalpina**; v) R$ 12.032,30 de crédito decorrente de adiantamento de futuro da CA3, sendo R$ 7.151,80 para **Resedá** e R$ 4.881,50 para **Cisalpina**; e vi) R$ 0,03 em moeda corrente nacional à **Resedá**, com a anuência da **Cisalpina. 3.** Passando o capital social de R$ 186.860.279,00 para R$ 164.685.283,00. **4.** Alterada a cláusula 5º do Estatuto Social, que passa a vigorar com a seguinte redação: *"Artigo 5º - O capital social da Companhia é de R$ 164.685.283,00, dividido em 164.685.283 ações ordinárias nominativas, de classe única, sem valor nominal, totalmente subscrito e integralizado.*" **Encerramento**: Nada mais. Acionistas: **Cisalpina Participações Ltda.** e **Resedá Empreendimentos Imobiliários Ltda.**, ambas por Cláudia Calandra Barroquello de Lima, Márcio Álvaro Moreira Caruso.

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1004586-55.2017.8.26.0006. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional VI - Ipiranga, Estado de São Paulo, Dr(a). Jorge Luiz Souto Maior, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) MARIA ZEMKLE, Brasileira, CPF 846.738.509-04, que lhe foi proposta uma ação de Execução Para Entrega De Coisa Em Alienação Fiduciária por parte do Itaú Unibanco S.A., relativa ao veículo marca CM, modelo Meriva 1.8, branco, ano 2007, placa DTA5940, chassi 9BGXL75G08C706297, apreendido em 16.02.2018, haja vista o inadimplemento da cédula de crédito nº 30759-141059428. Encontrando-se a ré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO** por EDITAL, para que, no prazo de 05 (cinco) dias, pague a integralidade da dívida pendente, podendo, no prazo de 15 dias, oferecer resposta, ambos a fluir após o decurso do prazo de 20 dias desta edital. Não sendo contestada a ação, a ré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 01 de julho de 2021. 14 e 15.09

EDITAL DE CITAÇÃO – PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº. 1129421-80.2018.8.26.0100. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 8ª Vara Cível, do Foro Central Cível, Estado de São Paulo, Dr(a). Henrique Dade Paiva, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a Antônio Jorge Lucena, RG 17.470.789-7, CPF 297.046.004-10, que lhe foi proposta uma ação Monitória, para que se **CITAÇÃO** para o pagamento da quantia de R$ 12.032,30 (Fev/2018 Lda., objetivando a cobrança de R$ 24.758,42 (agosto/2017), decorrente do inadimplemento dos serviços educacionais prestados no ano letivo de 2014. Encontrando-se o réu em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua **CITAÇÃO**, por EDITAL, para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, que fluirá após o decurso do prazo do presente edital, pague o débito atualizado (isento de custas processuais) e os honorários advocatícios de 5% do valor atribuído à causa, ou opunha embargos, sob pena de constituir-se de pleno direito o título executivo judicial, convertendo-se o mandado inicial em executivo. Em caso de revelia, será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de agosto de 2021. 14 e 15.09

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 0011169-55.2003.8.26.2009 A MM. Juiza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional IX - Vila Prudente, Estado de São Paulo, Dra. Claudia Sarmento Monteiro, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) RENATO COSTA BRITO, RG 21.000.000-99, PATRICIA MARIA PADILHA, CPF 171.034.008-81 e ALEXANDRE PADILHA DE SOUZA, CPF 125.066.108-04, que lhes foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Banco da Brasil S/A. Encontrando-se os réus em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua INTIMAÇÃO, por EDITAL, para, no prazo de 10 (dez) dias, indicar bens passíveis de penhora ou justificar sua impossibilidade de fazê-lo, sob pena de se considerar praticado ato atentatório à dignidade da Justiça, sujeito à multa no valor de até vinte por cento do valor atualizado do débito em execução. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **NADA MAIS**. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 16 de agosto de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO. PRAZO DE 20 DIAS. PROCESSO Nº 1002445-44.2018.8.26.0001 O(A) MM. Juiz (a) de Direito da 4ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). ADEVANIR CARDOSO MOREIRA DE SÁ, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a(o) RENATO COSTA BRITO, RG 21.000.000-99, CPF 368. CPF 401.898.458-80, e LUXOR COSMÉTICOS EIRELI - EPP CNPJ 16.906.952/0001-09, que, Banco do Brasil S/A, lhes ajuizou uma ação monitória, objetivando a quantia de R$ 115.587,73 (cento e quinze mil quinhentos e oitenta e sete reais e setenta e três centavos), referente ao "Contrato de Abertura de Crédito nº 680.401.850, que restou inadimplido. Estando os réus em local ignorado, foi expedido o presente edital, para que em 20 dias, a fluir do término do prazo do presente edital, pague o débito atualizado, comprove o pagamento da quantia ora cobrada, reduza pela metade no hipótese de integral pagamento no prazo de 15 dias, ou ofereça embargos monitórios, na forma da lei, nomeando-se em caso de revelia, curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 10 de Setembro de 2021.

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 30 DIAS. PROCESSO Nº 0006967-89.2009.8.26.0020 A MM. Juiza de Direito da 3ª Vara Cível, do Foro Regional XII - Nossa Senhora do O, Estado de São Paulo, Dra. Flavia Bezerra Tone Xavier, na forma da Lei, etc. **FAZ SABER** a ISILDA ANAIR SPIGUEL, CPF 001.474.988-21, que lhe foi proposta uma ação de Procedimento Comum Civil por parte de Companhia Brasileira de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo CDHU, para recebão de contrato c/c reintegração de posse referente a imóvel, por falta de pagamento. Encontrando-se a corré em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da ação proposta e para que, no prazo de 15 dias, a contar do prazo do presente edital, apresente resposta. Não sendo contestada a ação, a corré será considerada revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 18 de agosto de 2021.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO
Pelo presente, ficam **CONVOCADOS** todos os **SÓCIOS** da empresa **MOINHO REISA LTDA.**, inscrita no CNPJ/MF 49.042.344/0001-52,a participarem da **reunião extraordinária**, que se realizará no dia **27/09/2021, na Avenida Nove de Julho, 5143, 5º andar,** Bairro Jardim Paulista, São Paulo/SP, CEP 01407-200, em **1ª (primeira) chamada** às **10:00 horas**, em **2ª (segunda) chamada,** às **10:30 horas**, para deliberação quanto à **VENDA / TRANSFERÊNCIA DAS QUOTAS SOCIAIS DA EMPRESA**. São Paulo, 01 de setembro de 2021.
MOINHO REISA LTDA.
10 e 15/09

9ª VARA CÍVEL - FORO REGIONAL I - SANTANA - EDITAL de CITAÇÃO - Prazo de **20 dias** - Processo nº **0115034-45.2008.8.26.0001**. O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 9ª Vara Cível, do Foro Regional I - Santana, Estado de São Paulo, Dr(a). **MARCELO TSUNO**, na Forma legal etc. **FAZ SABER** a(o) **MARCIA ALIDA SILVA PIRIS**, que **MINASCAP EMBLAGENS LTDA.**, lhe ajuizou o **INCIDENTE de DESCONSIDERAÇÃO da PERSONALIDADE JURÍDICA** para inclusão no polo passivo da ação de **EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL**, movida em face de **SOL DE VERÃO BAR E DIVERSÕES ELETRÔNICAS LTDA-ME**, atual denominação de **RIUM COMERCIAL IMPORTADORA e EXPORTADORA**, alegando em síntese: que os sócios abusaram da personalidade jurídica da executada, com o esvaziamento de bens, desviando recursos e matéria prima em prejuízo dos credores. Estando o sócio acima, em lugar ignorado, foi deferida a sua **CITAÇÃO** por **EDITAL** para os atos e termos do pedido e da ação proposta, para que, no prazo de **15 dias,** que fluirá após os **20 dias** supra, apresente **RESPOSTA**, nos termos do artigo 135 do CPC, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos alegados. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado **CURADOR ESPECIAL**. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. Nada mais. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 12 de julho de 2021.
15 e 16/09

Concessionária das Linhas 8 e 9 do Sistema de Trens Metropolitanos de São Paulo S.A.
CNPJ 42.288.184/0001-57 - NIRE 35300570588 - Companhia Fechada
Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 27.08.2021
1. Data, Hora e Local: 27.08.2021, 10hs, na sede da Companhia, Avenida Chedid Jafet, 222, Bloco B, 4º andar, sala 08, Vila Olímpia, 04551-065, São Paulo/SP. **2. Presença:** Acionistas representando a totalidade do capital social da Companhia, cumpridas as formalidades exigidas pelo artigo 127, lei 6.404/76 ("**LSA**"). **3. Convocação**: Os avisos de que trata o artigo 124 da LSA foram dispensados pelo comparecimento da totalidade das acionistas, conforme previsto pelo parágrafo 4º do artigo 124 da LSA. **4. Mesa:** Presidente: Luis Augusto Valença de Oliveira e Secretário: Marcio Yassuhiro Iha. **5. Ordem do Dia**: Deliberar sobre a formalização de aprovação da contratação de fiança bancária nº F117621 em 29/

SB Serviços Empresariais e Participações S/A

CNPJ nº 21.575.460/0001-20 - NIRE 35300457157

Ata de Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anonima Realizada em 04/12/2014

Aos 04/12/2014, às 09hs, na Rua Afonso Braz, 537, apartamento 12 B, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04511-011, reuniram-se em primeira convocação, os advogados e os subscritores do presente ato, representando totalidades das ações emitidas por **SB Serviços Empresariais e Participações S/A**. Por indicação dos presentes, foi escolhido a Senhora **Cristiane Laila Saddi Borges**, brasileira, empresária, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 006.318.328-58, residente e domiciliada na Rua Afonso Braz, 537, apartamento 12 B, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04511-011, para presidir os trabalhos, que convidou o Senhor **Cesar David Saldé Pedroza**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 22.528.318.371-71, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 271.828.358-37, residente e domiciliado na Rua Agugaia, 235, apartamento 24B, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP 03325-000 para secretaria. **Ordem do Dia:** I) Constituição da Sociedade; II) Aprovação do Estatuto Social da Sociedade; III) Fixação do capital social da sociedade e ínfimo(s) ofertado(s) pelo(s) membro(s) da Diretoria. **Deliberações:** Constituída a mesma a Senhora Presidenta, após verificar a regularidade da Instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social de **SB Serviços Empresariais e Participações S/A.** I) Nos termos do anexo I, já de conhecimento de todos, porem cópia por ha lida a todos os presentes; **II)** De acordo com o balcão de subscrição (anexo II), que fica fazendo parte integrante desta ata, o Capital Social é de R$ 2.330.000,00, será dividido em 2.330.000, ações ordinárias nominais, da mesma classe sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas neste ato. **III)** Esclareceu a Senhora Presidenta que o valor corresponde a 10% do capital social subscrito em moeda corrente já se encontrava integralizada pelos subscritores na forma do art. 98 da Lei 6.404/76, que ficou comprovado de depósito bancário que se encontrava sob a mesa. Terminada a Leitura do Projeto do Estatuto Social, foi a mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas, e subscrito por todos. Senhora Presidente por conseguinte, que tendo sido completadas todas as formalidades legais, extava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações que girará sob a denominação social de **SB Serviços Empresariais e Participações S/A**. **IV)** A seguir, por unanimidade dos presentes, foi eleita para ocupar o cargo de Diretora Administrativa da Sociedade, a Senhora **Cinthia Laila Saddi Borges**, brasileira, empresária, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 006.318.328-58, residente e domiciliada na Rua Afonso Braz, 537, apartamento 12 B, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04511-011, com mandato de 03 anos, iniciando-se na presente data e a seguir, foi eleita para o cargo de Diretor Administrativo da Sociedade, o Senhor **Cesar David Saldé Pedroza**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 22.528.318.371-71, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 271.828.358-37, residente e domiciliado na Rua Agugaia, 235, apartamento 24B, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP 03325-000 para secretaria. **Ordem do Dia:** I) Constituição da Sociedade; **II)** Aprovação do Estatuto Social da Sociedade; **III)** Fixação do capital social da sociedade e ínfimo(s) ofertado(s) pelo(s) membro(s) da Diretoria. **Deliberações:** Constituída a mesma a Senhora Presidenta, após verificar a regularidade da Instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social de **SB Serviços Empresariais e Participações S/A.** **I)** Nos termos do anexo I, já de conhecimento de todos, porem cópia por ha lida a todos os presentes; **II)** De acordo com o balcão de subscrição (anexo II), que fica fazendo parte integrante desta ata, o Capital Social é de R$ 2.330.000,00, será dividido em 2.330.000, ações ordinárias nominais, da mesma classe sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas neste ato. **III)** Esclareceu a Senhora Presidenta que o valor corresponde a 10% do capital social subscrito em moeda corrente já se encontrava integralizada pelos subscritores na forma do art. 98 da Lei 6.404/76, que ficou comprovado de depósito bancário que se encontrava sob a mesa. Terminada a Leitura do Projeto do Estatuto Social, foi a mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas, e subscrito por todos. Senhora Presidente por conseguinte, que tendo sido completadas todas as formalidades legais, extava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações que girará sob a denominação social de **SB Serviços Empresariais e Participações S/A**. **IV)** A seguir, por unanimidade dos presentes, foi eleita para ocupar o cargo de Diretora Administrativa da Sociedade, a Senhora **Cinthia Laila Saddi Borges**, brasileira, empresária, devidamente inscrita no CPF/MF sob o nº 006.318.328-58, residente e domiciliada na Rua Afonso Braz, 537, apartamento 12 B, Vila Nova Conceição, São Paulo/SP, CEP 04511-011, com mandato de 03 anos, iniciando-se na presente data e a seguir, foi eleita para o cargo de Diretor Administrativo da Sociedade, o Senhor **Cesar David Saldé Pedroza**, brasileiro, casado, advogado, portador da cédula de identidade RG nº 22.528.318.371-71, devidamente inscrito no CPF/MF sob o nº 271.828.358-37, residente e domiciliado na Rua Agugaia, 235, apartamento 24B, Tatuapé, São Paulo/SP, CEP 03325-000 para secretaria. **Ordem do Dia:** I) Constituição da Sociedade; **II)** Aprovação do Estatuto Social da Sociedade; **III)** Fixação do capital social da sociedade e ínfimo(s) ofertado(s) pelo(s) membro(s) da Diretoria. **Deliberações:** Constituída a mesma a Senhora Presidenta, após verificar a regularidade da Instalação da Assembleia, deu início aos trabalhos, comunicando ter em mãos o projeto do Estatuto Social de **SB Serviços Empresariais e Participações S/A.** **I)** Nos termos do anexo I, já de conhecimento de todos, porem cópia por ha lida a todos os presentes; **II)** De acordo com o balcão de subscrição (anexo II), que fica fazendo parte integrante desta ata, o Capital Social é de R$ 2.330.000,00, será dividido em 2.330.000, ações ordinárias nominais, da mesma classe sem valor nominal, totalmente subscritas e integralizadas neste ato. **III)** Esclareceu a Senhora Presidenta que o valor corresponde a 10% do capital social subscrito em moeda corrente já se encontrava integralizada pelos subscritores na forma do art. 98 da Lei 6.404/76, que ficou comprovado de depósito bancário que se encontrava sob a mesa. Terminada a Leitura do Projeto do Estatuto Social, foi a mesmo aprovado por unanimidade dos presentes, sem ressalvas, e subscrito por todos. Senhora Presidente por conseguinte, que tendo sido completadas todas as formalidades legais, extava definitivamente constituída, para todos os fins de direito, a sociedade por ações que girará sob a denominação social de **SB Serviços Empresariais e Participações S/A.**

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO

CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Relatório da Administração

1. *Histórico da Companhia e modelo de negócios*

A Captalys iniciou sua trajetória no mercado financeiro brasileiro em 2010, tendo como principal missão transformar o crédito em bem comum, cujos benefícios devem ser amplamente compartilhados por toda sociedade. Desta forma, o propósito fundamental da Companhia é o desenvolvimento de um negócio inovador, sustentável e mais justo, rompendo com o modelo de crédito tradicional e catalisando o desenvolvimento econômico do Brasil. A Companhia acredita que a indústria de crédito no Brasil é, na maioria das vezes, ineficiente e cara quando comparada aos mercados internacionais, resultando em experiências negativas para os clientes. Uma das grandes responsáveis por isto é a ausência concentração bancária, na qual cerca de cinco instituições financeiras tradicionais dominam o mercado com cerca de US$ 1,5 trilhão em ativos. No entanto, a Captalys está confiante de que o setor de crédito global está maduro para uma ruptura significativa e que os recentes ativos criados concentrado tecnologia e inovação, que atuam diretamente para um sofisticado modelo de plataforma. Este modelo torna, o crédito amplamente disponível para uma fatia considerável da população desassistida, com custos significativamente reduzidos, ao mesmo tempo que fomenta retornos consistentes e não correlacionados para investidores profissionais e qualificados. O canal de distribuição principal, é através de parceiras com empresas não financeiras que já possuem uma base de clientes importante que se beneficiam diretamente do crédito. No entanto, não acreditamos que os produtos devam ser completamente padronizados e sim projetados para atender às necessidades específicas do tomador. Com forma de pensar, seguimos com a certeza de que os melhores provedores de crédito são aqueles que possuem maior capacidade de avaliar e atender às necessidades e objetivos do cliente final, e que os sistemas tecnológicos devem ser flexíveis o suficiente para acompanhar essas mudanças e ajudar os que atendem estas necessidades. Além disso, vemos também que a engenharia financeira de ativos de crédito originados e administrados fora do balanço patrimonial de uma instituição como um desperdício de capital. Assim, nosso modelo de plataforma vive os dois lados: desse mercado, integrando de forma eficaz e eficiente essa cadeia de valor, proporcionando ganhos positivos para nossos três principais clientes: • Empresas parceiras: aquelas que buscam aprofundar seus relacionamentos com seus clientes e fornecedores, oferecendo os melhores produtos de crédito de maneira rápida e eficiente, alavancando também seu *core business*; • Investidores: aquelas que buscam investimentos seguros que proporcionem retornos consistentes e previsíveis; • Tomadores: aquelas que buscam acesso fácil a produtos de crédito sustentáveis e bem estruturados que apoiem seu crescimento e prosperidade. Desta forma, concluímos que, o crédito não é um bem final, mas sim um meio para um objetivo maior, tanto para tomadores quanto para investidores.

2. *Evolução da companhia*

Evoluindo com nosso propósito ao longo dos últimos anos, chegamos em 2020 com uma plataforma de infraestrutura de crédito de última geração, na qual muitas das maiores empresas do Brasil confiam para potencializar suas operações de crédito. Nossa cultura voltada para um modelo inovador e com tecnologia proprietária nos permitiu ser rápidos e assertivos em momentos em que conseguimos nos sobressair aos modelos tradicionais. Adicionalmente, buscamos democratizar o acesso ao crédito, desenvolver produtos e aplicações tecnológicas que fomentem o surgimento de novos competidores e que contribuam para um ambiente de maior concorrência e melhores condições os membros de sua cadeia de valor. Estamos confiantes que nos estabelecemos como a plataforma de serviços de infraestrutura de crédito de referência em nosso mercado, com mais de 400 clientes corporativos, mais de 1 milhão de tomadores finais e quase 2.400 investidores institucionais e qualificados. Em 2020, a Captalys processou mais de R$ 11,0 bilhões em empréstimos, o que representa uma taxa composta de crescimento anual (CAGR) de 141% desde 2018. Reinventamos o modelo tradicional de crédito e, com isso, nossa estrutura financeira é completamente distinta das demais instituições ou *fintechs* deste setor. Os investidores são nossos clientes, não nossos fornecedores, transformando o custo de captação em receita e eliminando o custo de custo. As receitas da Captalys são baseadas em fees de serviços e não receitas financeiras. Os Mezanos para atender os empréstimos originados são totalmente de terceiros e devedores. Os recursos dos empréstimos são oriundos por meio de (i) obrigações de empréstimo colateralizado (CLOs) garantidas pela Captalys e/ou (ii) pelos nossos premiados fundos de investimento em direitos creditórios e também por meio de investidores externos adicionais em qualquer ciclo macroeconômico. Os empréstimos são originados diretamente pela Captalys em nichos de mercado específicos por meio de canais de distribuição proprietários, ou por meio de nossos clientes, que usam a plataforma Captalys para fornecer a seus clientes acesso fácil ao crédito digital, possibilitado por nossos aplicativos de tecnologia modulares baseados em APIs. Nossa plataforma de tecnologia proprietária operacionaliza toda a cadeia de valor da dívida privada, do tomador ao investidor, incluindo a geração de leads, conversão, precificação, formalização e desembolso; cobranças, CRM, gestão de risco de portfólio e administração e custódia de fundos de crédito. O design modular da nossa plataforma permite aos clientes parametrizar produtos de crédito que são mais adequados para cada stakeholder do seu ecossistema de negócios (clientes, gestores, fornecedores etc.), podendo assim ser implantados em escala. Através da prestação destes serviços o Grupo Captalys gerou uma receita total de R$ 86,6 milhões e R$ 192,0 milhões em 2019. As despesas necessárias à consecução das atividades da Companhia e suas controladas totalizaram em 2020 R$ 92 milhões em relação aos R$ 42,7 milhões em 2019. O resultado operacional em 2020 foi negativo em R$ 15,6 milhões (R$ 19,1 milhões em 2019). A Companhia e suas controladas seguem conduzindo seus negócios substancialmente com capital próprio e reservas, e apenas em 2020 contraiu empréstimos bancários mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) no montante de R$ 20 milhões.

3. *Cenário Macroeconômico*

O ano de 2020 se iniciou com boas perspectivas, no entanto, foi bastante desafiador para o Brasil e para o mundo todo, em decorrência dos fortes impactos econômicos e sociais trazidos pela pandemia do Covid-19, que trouxeram um aumento do nível de desemprego e queda no nível de consumo, especialmente no 2º trimestre de 2020 em decorrência das medidas restritivas para combate ao Covid-19. Houve retomada do nível de consumo no segundo semestre de 2020 que ajuda a baixar nível de suas controladas, bem como aumento do volume de fundos em alguns diversos setores da economia e especialmente pelas pessoas jurídicas. O cenário possibilitou a alavancagem do volume de originação de créditos, estruturação de fundos de direitos creditórios pela Companhia e suas controladas, bem como aumento do volume de fundos em geral.

4. *Perspectivas para 2021*

Ao final de 2020 foi estimado uma melhora no panorama econômico para o ano de 2021. No entanto, se mantiveram ainda são grandes dúvidas do (i) risco de novas ondas de Covid-19; (ii) indefinição quanto aos auxílios que poderem ser disponibilizados pelo governo à população; e (iii) possível agravamento da crise financeira com as dificuldades trazidas pela pandemia, que provavelmente se perpetuarão, até que toda população esteja vacinada e a economia possa retornar os níveis de atividade de um cenário normalizado. A Companhia e suas controladas continuarão atuando com o objetivo de fomecer soluções de financiamento para empresas e viabilizar novas originações de ativos de crédito, através de diversos canais e uso de tecnologia, buscando formar carteiras pulverizadas e alavancando a estruturação e colocação de novos fundos de direitos creditórios no mercado. Com originação de novos negócios, aumento do volume de recursos sob gestão e planejamento estratégico bem direcionado, a Companhia e suas controladas visam o crescimento sustentável, gerando valor a todos os envolvidos em sua cadeia de valor.

5. *Gestão do Capital*

As atividades da Companhia são geridas por uma Diretoria podendo ser composta de 02 (dois) a 07 (sete) membros e por um Conselho de Administração composto por 04 membros. Os membros da Diretoria são eleitos pelo Conselho de Administração, com mandato de 3 anos, sendo destituíveis a qualquer tempo. Os membros do Conselho de Administração são eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e destituíveis a qualquer tempo, com mandato de 2 anos. A Assembleia Geral também é responsável por nomear o Presidente do Conselho de Administração. Tanto a Diretoria quanto o Conselho de Administração se reunirem tempestivamente durante todo o ano de 2020 para definir a orientação de negócios da Companhia e aprovar as ações necessárias para operacionalização dos planos de negócios.

6. *Relacionamento com auditores independentes*

As demonstrações financeiras da Companhia são auditadas pela KPMG Auditores Independentes. A política de atuação da Companhia na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa baseia-se na não-ocorrência de conflitos de interesses, perda de independência e objetividade de seus auditores independentes. O auditor não deve (i) auditar o seu próprio trabalho; (ii) exercer funções gerenciais no seu cliente e (iii) promover os interesses do seu cliente.

7. *Agradecimentos*

Agradecemos a todos os envolvidos na consolidação das atividades da Companhia dentro do seu mercado de atuação, a todos os clientes, investidores e parceiros, que depositaram apoio e confiança, bem como a todos os nossos colaboradores.

São Paulo, 19 de agosto de 2021

A Diretoria

Balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

ATIVO	Nota	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.305	59	3.016	25.186
Contas a receber de clientes	5	2.706	1.409	20.222	11.972
Instrumentos financeiros	7	7.547	21.319	7.547	-
Tributos ciclo o lucro a recuperar	8	3.728	247	4.328	255
Outros tributos a recuperar	6	323	162	773	258
Rateio de despesas intragrupo a receber	17	3.140	-	-	-
Dividendos a receber	17	2.757	1.767	-	-
Mútuos a receber	8	5.005	7.203	4.484	6.743
Outros créditos	9	4.636	3.573	15.501	17.698
Outros valores e bens		-	-	9	10
		31.152	**35.739**	**55.880**	**62.112**
Não circulante					
Ativo fiscal diferido	28 *c*	3.506	835	3.613	835
Instrumentos financeiros	7	958	400	958	400
Mútuos a receber	8	1.712	1.638	1.712	1.638
		6.176	**2.893**	**6.283**	**2.893**
Investimentos em coligadas e controladas	10	27.163	21.777	-	-
Imobilizado	11 *a*	3.069	279	5.171	2.297
Intangível	11 *b*	8.393	2.818	37.986	5.742
		38.622	**24.875**	**42.257**	**8.039**
Total do ativo		**75.950**	**63.507**	**104.420**	**73.044**

PASSIVO	Nota	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Circulante					
Contas a pagar	12	10.406	9.131	12.892	12.702
Tributos a recolher	13	6.861	609	10.078	2.873
Mútuos a pagar	14	1.514	-	-	1.549
Antecipação de lucros	15	5.084	-	-	-
Arrendamentos	18	-	-	489	419
Dividendos a pagar	21.i	2.400	201	6.071	-
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	6.336	-
Obrigações por aquisição de investimentos	21	9.628	-	9.628	-
Obrigações trabalhistas e sociais	19	4.131	3.522	6.794	3.706
		42.024	**13.463**	**52.288**	**21.249**
Não circulante					
Dividendos a pagar	21.i	3.399	5.799	3.399	6.550
Arrendamentos	18	-	-	1.058	1.328
Empréstimos e financiamentos	16	-	-	14.302	-
Obrigações por aquisição de investimentos	21	9.009	-	9.009	-
Provisão para contingências	20	-	-	313	-
Passivo fiscal diferido	28 *c*	-	6.517	412	6.517
		12.408	**12.316**	**28.493**	**14.395**
Patrimônio líquido					
Capital social	21.a	62.710	34.941	62.710	34.941
Reservas de Lucros	21.b	-	2.240	-	2.240
Reservas de capital		6.432	-	6.432	-
Transações de capital	21.c	(4.714)	530	(4.714)	530
Prejuízos acumulados		(15.412)	(2)	(15.412)	(2)
Ajuste de avaliação patrimonial	21.e	317	19	317	19
Ações em Tesouraria	21.d	(27.815)	-	(27.815)	-
Patrimônio líquido atribuível aos controladores		**21.518**	**37.728**	**21.518**	**37.728**
Participação de não controladores	23	-	-	2.121	(328)
Total do patrimônio líquido		**21.518**	**37.728**	**23.639**	**37.400**
Total do passivo e patrimônio líquido		**75.950**	**63.507**	**104.420**	**73.044**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Nota	Capital subscrito	Capital a integralizar	Ações em tesouraria	Transações de Capital	Reserva de Capital Plano de opção baseado em ações	Reservas de lucros: Reserva legal	Reservas de lucros: Reserva de lucros a Realizar	Prejuízos acumulados	Outros resultados Abrangentes: Ajuste de avaliação patrimonial	Total controladores	Participação de não controladores	Total
			(1)						(2)				
Saldos em 1º de janeiro de 2019		-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação de parcela cindida em 31.01.2019	1	33.333	-	-	316	-	-	5.941	-	18	**39.608**	-	**39.608**
Aumento de capital - Classe PNA	21.a	1.607	-	-	-	-	-	-	-	-	**1.607**	-	**1.607**
Integralização de capital		-	-	1	-	-	-	-	-	-	**1**	-	**1**
Variações de capital	21.c	-	-	-	-	214	-	-	-	-	**214**	-	**214**
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	4.928	-	**4.928**	(2.203)	**2.725**
Constituição de reservas:													
Reserva legal	21.b	-	-	-	-	-	246	-	(246)	-	-	-	-
Lucro não realizado à disposição da assembleia		-	-	-	-	-	-	4.682	(4.682)	-	-	-	-
Distribuição de lucros e/ou dividendos:													
Dividendos pagos no exercício	21.f	-	-	-	-	-	-	(2.629)	-	-	**(2.629)**	-	**(2.629)**
Dividendos propostos	21.f	-	-	-	-	-	-	(6.000)	-	-	**(6.000)**	-	**(6.000)**
Variação cambial de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	1	**1**	-	**1**
Mudança na participação de não-controladores	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1.875	**1.875**
Saldos em 31 de dezembro de 2019		**34.941**	-	-	**530**	-	**246**	**1.994**	**(2)**	**19**	**37.728**	**(328)**	**37.400**
Saldos em 1º de janeiro de 2020		**34.941**	-	-	**530**	-	**246**	**1.994**	**(2)**	**19**	**37.728**	**(328)**	**37.400**
Aumento de capital - Classe ON	20.a	5.954	-	-	-	-	-	-	-	-	**5.954**	-	**5.954**
Aumento de capital - Classe PNA	20.a	21.815	-	-	-	-	-	-	-	-	**21.815**	-	**21.815**
Variações de capital	21.c	-	-	-	(4.944)	-	-	-	-	-	**(4.944)**	-	**(4.944)**
Plano de opções de compra de ações	33	-	-	-	-	6.432	-	-	-	-	**6.432**	-	**6.432**
Ações em tesouraria		-	-	(27.815)	-	-	-	-	-	-	**(27.815)**	-	**(27.815)**
Prejuízo do período		-	-	-	-	-	-	-	(17.650)	-	**(17.650)**	680	**(16.970)**
Absorção de prejuízos		-	-	-	-	-	(246)	(1.994)	2.240	-	-	-	-
Variação cambial de investimentos no exterior		-	-	-	-	-	-	-	-	298	**298**	-	**298**
Mudança na participação de não-controladores	23	-	-	-	(300)	-	-	-	-	-	**(300)**	1.769	**1.469**
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**62.710**	-	**(27.815)**	**(4.714)**	**6.432**	-	-	**(15.412)**	**317**	**21.518**	**2.121**	**23.639**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais, exceto lucro líquido por ação)*

	Nota	Controladora 2020	Controladora 2019	Consolidado 2020	Consolidado 2019
Receita Bruta da atividade		11.023	4.361	88.622	50.003
(-) Impostos Diretos		(1.240)	(440)	(8.728)	(3.129)
Receita operacional líquida	24	**9.783**	**3.941**	**77.844**	**46.883**
Receita/Despesas) operacionais					
Despesas Gerais e Administrativas	25	(21.049)	(32.708)	(82.081)	(42.763)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(7.788)	26.230	-	-
Outras receitas e despesas operacionais	26	212	159	(523)	(3.536)
Despesa de provisão para perdas esperadas	5	(203)	(118)	(675)	(759)
		(28.829)	**(6.437)**	**(83.479)**	**(47.058)**
Resultado operacional antes do resultado financeiro		**(20.045)**	**(2.496)**	**(15.635)**	**(186)**
Resultado financeiro					
Receitas financeiras	27	18.418	4.179	18.298	4.654
Despesas financeiras	27	(19.933)	(44)	(20.984)	(493)
		(1.515)	**4.135**	**(2.686)**	**4.162**
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social		**(21.560)**	**1.639**	**(18.321)**	**3.976**
Imposto de renda e contribuição social corrente	28	(5.278)	-	(7.530)	(4.540)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	28	9.188	3.289	8.881	3.289
		3.910	**3.289**	**1.351**	**(1.251)**
(Prejuízo)/lucro do período		**(17.650)**	**4.928**	**(16.970)**	**2.725**
Resultado atribuível a:					
Controladores				(17.650)	4.928
Não controladores				680	(2.203)
(Prejuízo)/lucro básico e diluído por ação atribuível a controladores - R$ mil (nota 29)				**(1,1959)**	**0,0000**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos resultados abrangentes - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Lucro/(Prejuízo) líquido do período	**(17.650)**	**4.928**	**(16.970)**	**2.725**
Outros resultados abrangentes				
Itens que podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de investimentos no exterior	298	-	298	-
Total do resultado abrangente do período	**(17.352)**	**4.928**	**(16.672)**	**2.725**
Total do resultado abrangente atribuível a:				
Controladores	(17.352)	4.929	(17.352)	4.929
Não controladores	-	(1)	680	(2.203)
	(17.352)	**4.929**	**(16.672)**	**2.726**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos valores adicionais - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 31.12. 2020	Controladora 31.12. 2019	Consolidado 31.12. 2020	Consolidado 31.12. 2019
Receitas				
Receita bruta da atividade	10.023	4.387	86.622	50.003
Perdas de créditos de liquidação duvidosa	(203)	(118)	(675)	(759)
	9.820	**4.269**	**85.747**	**49.253**
Insumos adquiridos de terceiros				
Serviços de terceiros	(12.631)	(5.578)	(19.863)	(9.398)
Materiais, Energia e Outros	(6.303)	(4.056)	(10.667)	(5.673)
Viagens	(230)	(632)	(2.727)	(1.000)
	(19.164)	**(10.566)**	**(33.327)**	**(16.269)**
Valor adicionado bruto	**(9.344)**	**(6.297)**	**52.420**	**32.984**
Depreciação e amortização	**(2.738)**	**(363)**	**(3.801)**	**(1.167)**
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	**(12.082)**	**(6.660)**	**48.619**	**31.817**
Valor adicionado recebido em transferência				
Rateio de despesas da controladora	44.437	-	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(7.788)	26.230	-	-
Receitas financeiras	18.418	4.179	18.298	4.654
Outros	212	159	(509)	(3.536)
	55.279	**30.568**	**17.775**	**1.118**
Valor adicionado total a distribuir	**43.197**	**23.908**	**66.394**	**32.935**
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal	**(37.620)**	**(19.402)**	**(46.346)**	**(22.280)**
Impostos, taxas e contribuições	**(2.323)**	**468**	**(14.860)**	**(7.724)**
Remuneração de capitais de terceiros	**(20.904)**	**(46)**	**(22.158)**	**(706)**
Juros	(19.933)	(44)	(20.984)	(493)
Aluguéis	(971)	(2)	(1.174)	(213)
Remuneração de capitais próprios	**(17.650)**	**(4.928)**	**(16.970)**	**(2.725)**
Resultados dos períodos	(17.650)	(4.928)	(16.970)	(2.725)
Valor adicionado distribuído	**(43.197)**	**(23.908)**	**(66.394)**	**(32.935)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos fluxos de caixa - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 *(Em milhares de Reais)*

	Controladora 31/12/2020	Controladora 31/12/2019	Consolidado 31/12/2020	Consolidado 31/12/2019
Fluxo de caixas das atividades operacionais				
Lucro/(prejuízo) líquido do período	**(17.650)**	**4.928**	**(16.970)**	**2.725**
Ajustes para:				
Depreciações/Amortizações (nota explicativa nº 25)	2.738	363	3.801	1.167
Imposto de renda e contribuição social diferidos	(9.188)	(3.289)	(8.881)	(3.289)
Imposto de renda e contribuição social correntes	5.278	-	7.530	4.540
Perdas para créditos de liquidação duvidosa (nota explicativa nº 5)	203	118	675	750
Provisão para processos judiciais (nota explicativa nº 20)	-	-	313	-
Transações de pagamento baseado em ações, liquidável em ações (nota explicativa nº 33)	6.432	-	6.432	-
Despesas financeiras líquidas	1.660	-	2.458	219
Resultado de equivalência patrimonial (nota explicativa nº 10)	7.788	(26.230)	-	-
	(2.739)	**(24.110)**	**(4.442)**	**6.112**
Variação nos ativos e passivos:				
(Aumento)/Diminuição em contas a receber	(1.297)	(1.057)	(8.250)	(11.620)
(Aumento)/Diminuição em outros tributos a recuperar	(161)	(76)	(515)	(172)
(Aumento)/Diminuição líquido em rateios intragrupo a receber	(3.140)	-	-	-
(Aumento)/Diminuição em outros créditos	(1.691)	(2.520)	(454)	(14.747)
(Aumento)/Diminuição em outros valores e bens	-	-	1	(10)
Aumento/(Diminuição) em contas a pagar	1.275	8.869	190	12.440
Aumento/(Diminuição) em outros tributos	974	609	(325)	(1.667)
Aumento/(Diminuição) em obrigações trabalhistas e sociais	2.609	3.522	3.088	3.706
Caixa gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	**(4.170)**	**(14.763)**	**(10.707)**	**(5.958)**
Juros pagos (nota explicativa nº 18)	-	-	(109)	(44)
Impostos pagos sobre o lucro	(3.486)	(247)	(4.073)	(255)
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	**(7.656)**	**(15.010)**	**(14.889)**	**(6.257)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Lucros recebidos antecipadamente	5.084	-	-	-
Recebimento de dividendos	8.603	9.525	-	-
Aquisição de controladas, líquido de caixa adquirido	(5.780)	-	(5.780)	-
Aumento de capital em investidas	(2.760)	(1.464)	-	-
(Aquisição) no imobilizado	(2.997)	(289)	(3.163)	(735)
(Aquisição) no Intangível	(6.778)	(3.109)	(7.112)	(5.304)
Diminuição em instrumentos financeiros	13.234	19.261	-	-
(Aumento) em instrumentos financeiros	-	-	(8.085)	(420)
Diminuição em mútuos a receber	2.124	-	2.195	-
(Aumento) em mútuos a receber	-	(8.585)	-	(8.125)
Caixa recebido na incorporação de acervo cindido	-	752	-	46.662
Fluxo de caixa (utilizado nas) proveniente das atividades de investimento	**10.730**	**16.091**	**(21.955)**	**32.098**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Recursos provenientes de novos empréstimos e financiamentos	-	-	20.000	-
Recursos provenientes de mútuos a pagar	1.514	-	-	1.549
Aumento de capital	-	1.607	-	1.607
Aquisição de participação de não controladores	(300)	-	(300)	-
Recompra de ações próprias	(46)	-	(46)	-
Aumento/(Diminuição) em empréstimos (nota explicativa nº 18)	-	-	(410)	(314)
Pagamento de dividendos intermediários nos exercícios - PNB (nota explicativa nº 21.f)	(2.795)	(2.629)	(2.795)	(2.629)
Dividendos pagos no exercício (notas explicativas nº 21 f e nº 23)	(201)	-	(1.279)	(869)
Caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	**(1.828)**	**(1.022)**	**14.674**	**(655)**
Aumento/(Redução) líquido em caixa e equivalentes de caixa	**1.246**	**59**	**(22.170)**	**25.186**
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro	59	-	25.186	-
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro	1.305	59	3.016	25.186
	1.246	**59**	**(22.170)**	**25.186**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional: A Captalys Companhia de Crédito é uma sociedade anônima, com prazo de duração indeterminado, regida pelos dispostos no Estatuto Social, pelo Acordo de Acionistas da Companhia arquivado na sede social e pelas disposições legais aplicáveis, em especial a Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e suas alterações posteriores. A Companhia tem por objetivo social: • Prestação de serviços de assessoria e consultoria empresarial de natureza financeira; • Administração, negociação e gestão de ativos financeiros; • Participação em outras sociedades mercantis ou civis, como sócia, quotista ou acionista; e • Administração de ativos e de valores mobiliários próprios. A Captalys Companhia de Crédito ("Companhia ou Grupo"), cuja denominação anterior era Finvest XIII Participações Ltda., foi constituída em 26 de setembro de 2010, e se encontrava inicialmente pela Captalys Companhia de Investimentos ("CCI"), se mantiver em fase pré-operacional até 29 de janeiro de 2019 e iniciou suas operações em 30 de janeiro de 2019. Em 30 de janeiro de 2019 foi aprovado em Assembleia Geral a transformação do tipo societário, passando de Companhia Limitada para uma Sociedade por ações com a consequente conversão das quotas em ações e alteração da denominação social. A Companhia atualmente sediada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 4.285 - 7º andar, conjuntos 71 e 72, na cidade de São Paulo estava anteriormente instalada à Rua Dr. Renato Paes de Barros, 1.017 - 10º andar, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo, Brasil. Em 31 de janeiro de 2019 em Ata de Assembleia Geral Extraordinária ocorreu: (i) a aprovação dos termos, condições e justificação do "Protocolo e Instrumento de Justificação de Cisão Parcial da CCI e incorporação da parcela Cindida pela Companhia; e (ii) Aprovação do Laudo de Avaliação a valor contábil, e incorporação do acervo líquido de 31 de dezembro de 2018, cindido da CCI" pela Companhia e o consequente aumento de capital social. A incorporação da parcela cindida da CCI foi realizada com o objetivo de atuar nos canais de originação de ativos de crédito privado. Abaixo apresentamos, o acervo patrimonial cindido/ incorporado pela Companhia:

Ativo	01/01/2019
Circulante	
Caixa e equivalente de caixa	752
Contas a receber de clientes	352
Outros tributos a recuperar	86
Dividendos a receber	1.767
Outros créditos	1.173
	4.130
Não circulante	
Títulos e valores mobiliários	41.000
Mútuos a receber	256
	41.256
Permanente	
Investimentos em controladas e coligadas	22.270
	22.270
Total do ativo	**67.656**

Passivo	01/01/2019
Contas a pagar	262
Partes relacionadas	18.814
	19.076
Não Circulante	
Passivo fiscal diferido	8.972
	8.972
Patrimônio líquido	
Capital social integralizado	33.333
Transações de capital	316
Ajuste de avaliação patrimonial	18
	5.941
	39.608
Total do passivo e patrimônio líquido	**67.656**

Com a incorporação pela Companhia da parcela cindida da CCI, a Companhia passou a controlar diretamente as seguintes empresas (i) Captalys Gestão Ltda., (ii) Captalys Serviços de Crédito Ltda., (iii) Captalys Asset Management Ltd., (iv) Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações Ltda., e (v) Captalys Participações Ltda. Em outubro de 2019 a Companhia adquiriu 100% das ações da empresa Provedora de Impulso Empresarial S.A.P.I. C.V. SOFOM ENR em fase pré-operacional, uma empresa promotora de créditos sediada no México regida segundo as leis Mexicanas, pelo montante de R$ 537, mediante integralização em caixa, com o objetivo de fomentar a abertura de operações de originação de crédito no México. Na aquisição da empresa não foi gerado nenhum ágio sobre rentabilidade futura em razão de a empresa encontrar-se em fase pré-operacional. Também, a companhia não possuía ativos líquidos relevantes, valorizados pelo valor justo. Em Ata Societária de outubro de 2019 a Companhia promoveu a alteração da razão social para Captalys México S.A.P.I. C.V. SOFOM ENR. Em 04 de março de 2020, a Companhia adquiriu 98,50% das ações e do controle da Idtrust Tecnologia de Software Ltda. ("IDTrust") no capital votante e 100% das ações nos demais tipos de ações ordinárias nominais e preferenciais emitidas pela IDTrust, cujos objetivos são o desenvolvimento e operação de plataformas de crédito e serviços de tecnologia, consultoria e marketing. Até 31 de dezembro de 2020 a Plataforma não possui operações.

2. Base De Preparação E Apresentação Das Demonstrações Financeiras: Conforme descrito na nota explicativa nº 1, em decorrência do processo de cisão parcial ocorrido em 31 de janeiro de 2019, a Captalys Companhia de Investimentos ("CCI") incorporou parte do seu ativo líquido para a companhia cindida pela Captalys Companhia de Investimento ("CCI"). Desta forma, tendo em vista que esta reorganização societária foi realizada entre entidades que possuem o controle comum e também que o valor líquido do patrimônio incorporado pela CCI foi adotado com base no saldo de 31 de dezembro de 2018, a comparabilidade das demonstrações do resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e valor adicionado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, foi elaborado como se a operação de cisão tivesse ocorrido em 1º de janeiro de 2019, logo essas demonstrações financeiras devem ser lidas neste contexto. **a. Declaração de conformidade:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), aprovadas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e pelo Conselho Federal de Contabilidade ("CFC"). As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 19 de agosto de 2021. As demonstrações financeiras consolidadas compreendem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas em 31 de dezembro de 2020. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem aquelas utilizadas pela Administração no seu gerenciamento. **b. Moeda funcional e moeda de apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em reais (R$), que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras divulgadas nas demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. **c. Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A demonstração do valor adicionado não é requerida pelas IFRS, sendo apresentada em atendimento às práticas contábeis adotadas no Brasil e de forma complementar para fins de IFRS. **d. Uso de estimativas e julgamentos:** Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou julgamentos e estimativas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. **d1) *Julgamentos:*** As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • **Nota explicativa nº 1 a i)** - consolidação: determinação se o Grupo detém controle sobre os fundos geridos pela Captalys Gestão Ltda.; • **Notas explicativas nº 2.f** - reconhecimento e mensuração do ágio proveniente da combinação de negócios no valor de R$ 10.515 e do valor justo dos ativos intangíveis originados também pela combinação de negócios no valor de R$ 16.763. *(ii) Incertez

conclusão

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO - CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

decorrentes de taxas de administração e de taxas de sucesso (*performance fee*); (ii) serviços de utilização da plataforma de crédito e de estruturação de fundos de investimentos concentrados em direitos creditórios; (iii) gestão de carteira e de cobrança do ramo imobiliário; e (iv) de prestação de serviços de disponibilização de plataforma tecnológica para controle e guarda de informações contratuais em operações realizadas por fundos de investimentos em direitos creditórios, conforme nota explicativa nº 24.

Tipo serviço	Natureza e o prazo do cumprimento das obrigações de desempenho, incluindo condições de pagamento significativas	Política de reconhecimento da receita
Serviços de gestão de recursos/fundos.	As faturas para os serviços de gestão de recursos, denominado taxa de gestão são emitidas mensalmente e normalmente são pagas em até 30 dias. Para os contratos de taxa de sucesso, as faturas são emitidas ao final de cada semestre e pagas em até 30 dias. O Grupo presta serviços de gestão de ativos representados por direitos creditórios adquiridos por fundos de investimento. Os fundos usufruem dos serviços de gestão constantemente, a medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual o serviço de gestão é reconhecido mensalmente. A taxa de performance só é paga quando o patrimônio do fundo gerido supera o benchmark estabelecido no regulamento do Fundo.	A taxa de gestão é reconhecida mensalmente à medida que os serviços são prestados com base no patrimônio líquido dos fundos sob gestão. A taxa de performance é calculada por um % multiplicado pela variação positiva do patrimônio líquido diário dos fundos geridos pela Administradora. As obrigações de desempenho são de fundos. A taxa de performance é reconhecida quando termina o período de contagem e isto ocorre quando a empresa conhece o valor da comissão de performance a ser cobrada.
Serviços de utilização da plataforma de crédito, estruturação e originação	Os serviços de utilização de plataforma referem-se a disponibilização ao cliente do uso de plataforma desenvolvida pela Companhia, a remuneração pelo serviço é composta por um percentual do volume de operações que o cliente realiza nas plataformas e que segue uma tabela de serviços e utilização de acordo com cada cliente. As obrigações de desempenho são percangadas a medida que o cliente utiliza a plataforma. Os serviços de estruturação referem-se ao desenvolvimento de plataformas de investimentos e adaptação de mesmas especificas de cada cliente. O cumprimento das obrigações de desempenho iniciam-se quando a Companhia cede ao cliente o acesso ao ambiente de testes dos serviços em desenvolvimento. Os serviços de originação ocorrem quando a Companhia formaliza contratos de cessões de créditos pulverizados em carteiras pais digitais, cuja receita é calculada com base em um percentual sobre o valor originado de crédito.	A receita com a utilização da plataforma de crédito é reconhecida mensalmente (quando o cliente recebe e consome os benefícios oriundos da plataforma) e é calculada de acordo com os contratualmente. A receita de estruturação é reconhecida quando a Companhia disponibiliza ao cliente o acesso ao ambiente de testes da plataforma. As obrigações de desempenho são de fornecimento de uma plataforma. A Companhia realiza o reconhecimento da receita de originação, quando a obrigação de desempenho, pactuada no contrato com os clientes é satisfeita, isso ocorre quando a operação de crédito originada pelo cliente pelo valor definido em contrato é desembolsada. Os custos incrementais e os custos para cumprir contratos com clientes são reconhecidos como despesa, quando incorridos.
Gestão de carteira e cobrança no ramo imobiliário	Serviços de gestão de carteira e cobrança no ramo imobiliário compreendem: gestão de carteira de recebíveis e cobrança de créditos vencidos, notadamente imobiliários, contemplando a auditoria financeira e de formalização jurídica de recebíveis, atividades de faturamento, conciliação bancária, cobrança extrajudicial dos créditos inadimplentes e assessoria de formalização, a qual inclui renegociações e aditivos. Os tomadores usufruem dos serviços constantemente, à medida que os serviços são prestados, motivo esse pelo qual a remuneração é reconhecida mensalmente. A cobrança dos serviços é feita com base em tabela de preços, prevista em cada contrato de prestação de serviços, contendo o valor unitário para gestão/ativo e ainda, um percentual sobre a recuperação de inadimplência, além dos valores para as auditorias e a assessoria de formalização, por contrato, que se dão por valor fixo.	A receita é reconhecida mensalmente, assim que o cliente assina o contrato, pois é quando o cliente tem acesso ao pacote de serviços de gerenciamento de portfólio.
Uso de plataforma tecnológica para Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios - FIDC.	Disponibilização de plataforma tecnológica para estruturação, controle e gestão de operações financeiras envolvendo transações relacionadas com o produto de crédito na modalidade de cessão de direitos creditórios e especificas de acordo com o modelo operacional e uso do cada cliente. Para operações estruturadas e cotizadas por meio de cessão de recebíveis de cartão de crédito, variando de acordo com o consumo de cada cliente na utilização da plataforma. Para serviços de plataforma de controle e gestão da carteira de FIDC é cobrado um percentual fixo aplicado sobre o volume financeiro transacionado por cada cliente mensalmente. Os clientes usufruem dos serviços e uso da plataforma quando da assinatura do contrato de uso e prestação de serviços de software.	O reconhecimento da receita ocorre à medida que o cliente é notificado (quando o cliente recebe e consome os benefícios do serviço contratado) e o período contratado, com base no valor do contrato mensal efetuada pela Companhia do volume de operações que o cliente realizou na plataforma.

f. Receitas e despesas financeiras: As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem receita de juros, despesa de juros, ganhos/perdas líquidas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ganhos/perdas líquidas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros e perdas de valor justo em contraprestação contingente classificada como passivo financeiro. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. A taxa de juros efetiva é a taxa que descreve exatamente os pagamentos ou recebimentos em caixa futuros estimados ao longo da vida esperada do instrumento financeiro a valor contábil bruto do ativo financeiro ou ao custo amortizado do passivo financeiro. No cálculo da receita ou da despesa de juros, a taxa de juros efetiva inclui todos os pagamentos ou recebimentos pelo ativo (quando o ativo não estiver com problemas de recuperação) ou ao custo amortizado do passivo. **g. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. A Companhia determina que os juros e multas relacionados ao imposto de renda e a contribuição social, incluindo tratamentos fiscais incertos, não atendem a definição de imposto de renda e, portanto, foram contabilizados de acordo com o CPC 25/IAS 37 Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferido. O imposto diferido não é reconhecido para • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil, • Diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro previsível; e • Diferenças temporárias tributáveis decorrentes do reconhecimento inicial de ágio. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **h. Imobilizado:** *(i) Reconhecimento e mensuração:* O imobilizado é mensurado pelo custo histórico de aquisição, que inclui os custos de empréstimos capitalizados, quando aplicável, deduzido da depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável (*impairment*). Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado. *(ii) Custos subsequentes:* Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. *(iii) Depreciação:* A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado. Terrenos não são depreciados. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

Móveis e utensílios	10 anos
Instalações	5 anos
Equipamentos de informática	5 anos
Equipamentos de comunicação e outros	10 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **i. Ativos intangíveis e ágio:** *(i) Reconhecimento e mensuração: Ágio* O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. *Carteira de clientes* Carteira de clientes são registradas inicialmente pelo valor do custo de aquisição e são amortizados ao longo da expectativa de duração da carteira de clientes, considerada a rotatividade anual da base de clientes ("*Churn*" *rate*"). *Não-compete* Alguma aquisições têm cláusulas específicas que obriga o vendedor a não competir por determinado período no segmento de atuação do Grupo, estas cláusulas têm seu valor justo atribuído pela estimativa do ganho pela ausência da competição no mercado ("*With* e *Without*" *le* são amortizados pelo prazo de duração desta cláusula. *Softwares (Capex)* Os gastos com desenvolvimento de softwares internos são capitalizados quando os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viável, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se o Grupo tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo. Os demais gastos com desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos com desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável. *Outros ativos intangíveis*: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pelo Grupo e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os outros ativos são representados por marcas e softwares não desenvolvidos internamente. *(ii) Gastos subsequentes:* Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. *(iii) Amortização:* A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é reconhecida no resultado. O ágio não é amortizado. Os custos de desenvolvimento de software capitalizados são amortizados ao longo de sua vida útil estimada que são revistos periodicamente e ajustadas se necessário. A determinação da vida útil é baseada nas seguintes premissas: i) estratégia de negócios; ii) histórico de uso de tecnologia; iii) garantia de fornecedores; iv) qualidade técnica dos ativos; e v) manutenção preventiva.

Descrição	Vida útil
Carteira de clientes	8 - 10 anos
Marca	9 anos
Cláusula de *Non Compete*	3 e 5 anos
Softwares	5 - 10 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

j. Instrumentos financeiros: *(i) Reconhecimento inicial:* O "Contas a receber de clientes" e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado pelo valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação. *(ii) Classificação e mensuração subsequente: Ativos financeiros*: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR. Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios. Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas especificas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. *Ativos financeiros - Avaliação do valor justo de negócio*: A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é operado e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem: • As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Elas incluem a questão de saber se a estratégia da Administração foca na obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ao saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; • Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; • Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; • Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e • A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras. Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado. *Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros*: Para fins dessa avaliação, o "principal" é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os "juros" são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro. A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera: • Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; • Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; • O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e • Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo). O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente, o que pode incluir uma compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais a parcela contratual juros de rescisão antecipada (que também pode incluir compensação razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado se for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. *(iii) Desreconhecimento: Ativos financeiros*: A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando: • Os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo financeiro expiram; ou • Transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação em que: - Substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos; ou - A Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro. A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas retém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos. ***Passivos financeiros***: A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificados são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo. No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transtornem pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida em ganho líquido. **k. Capital social:** E constituído por ações ordinárias e preferenciais, conforme descrito na nota explicativa nº 21. *(i) Ações ordinárias:* Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como redução, líquidos de efeito tributário, no lucro líquido. **l. Ações preferenciais:** Ações preferenciais não resgatáveis, são classificadas no patrimônio líquido, pois a pagamento de dividendos é discricionário, e elas não geram qualquer obrigação de entregar caixa ou outro ativo financeiro da Companhia e não requerem liquidação em um número variável de instrumentos patrimoniais. Dividendos discricionários são reconhecidos como distribuições no patrimônio líquido na data de sua aprovação pelos acionistas da Companhia. *(ii) Recompra e reemissão de ações (ações em tesouraria):* Quando ações são recompradas, o valor da contraprestação paga, o qual inclui quaisquer custos diretamente atribuíveis é reconhecido como uma deducão do patrimônio líquido. As ações recompradas são classificadas como ações em tesouraria e são apresentadas como deducão do patrimônio líquido. Quando as ações em tesouraria são vendidas ou reemitidas subsequentemente, o valor recebido é reconhecido como um aumento no patrimônio líquido, e o ganho ou perda resultantes da transação é apresentado como reserva de capital. *(iii) Dividendos:* A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Companhia que deverá ser aprovada equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos distribuídos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Companhia. **l. Redução ao valor recuperável:** *(i) Ativos financeiros não derivativos: Instrumentos financeiros e ativos contratuais*: O Grupo reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre ativos financeiros mensurados ao custo amortizado e ativos contratuais. O montante das perdas esperadas de crédito separadas e Grupo considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises qualitativas e quantitativas e a experiência histórica do Grupo junto aos seus clientes, contribui para uma avaliação de crédito direcionada (individualizada), e que também considere informações prospectivas (*forward-looking*) dos clientes. Nenhum dos recebíveis inclui um componente significativo de financiamento. Os clientes do Grupo operam basicamente em três segmentos que são "Originação Direta ao Crédito", "Plataforma Tecnológica de Crédito" e "Captalys *asset Management*" que são representados substancialmente por fundos de investimento e clientes corporativos, contraportes dos principais instrumentos financeiros e ativos contratuais detidos pelo Grupo, e são agrupados de acordo com as características de risco de crédito que são: (i) Tipo de fornecimento de fundos; (ii) Utilização da plataforma e estruturação; (iii) Gestão de carteira e de cobrança; e (iv) Disponibilização de plataforma tecnologia. Para realizar o monitoramento da capacidade de pagamento dos clientes, o Grupo possui uma equipe dedicada de cobrança que avalia de forma individual, fatores que auxiliam o Grupo na tomada de decisão pela constituição ou não de provisão para perdas esperadas. O Grupo não possui histórico de inadimplência relevante, os recebíveis são liquidados em um prazo maior a 30 dias após a liquidação. Os ativos financeiros compreendem pelos Grupo apenas quando: (i) é pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito ao Grupo, sem recorrer a medidas de execução como por exemplo (se houver) garantias, por dificuldades financeiras relevantes; (ii) o ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias; (iii) o Grupo identifique que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; (iv) o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras; e (v) quebras de cláusulas de contratos contratuais. Desta forma, o Grupo usa uma matriz de provisão para determinar as perdas de crédito esperadas para a vida inteira do ativo, que usualmente não ultrapassa 12 meses, dado as características dos recebíveis. A matriz é baseada nas taxas históricas de inadimplência, que não são relevantes, dado a ausência de histórico junto aos clientes do Grupo, e que, quando a administração julgue necessário, ajustadas de acordo com uma estimativa prospectiva, que inclui os fatores acima descritos, para definição de recebível inadimplente. O Grupo utiliza a matriz de provisão, conforme descrita na nota explicativa nº 5.b. A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Mensuração das perdas de crédito esperadas*: As perdas de crédito esperadas são estimativas ponderadas de crédito. As perdas de crédito são mensuradas a valor presente com base em todas as insuficiências de caixa (ou seja, a diferença entre os fluxos de caixa devidos à Companhia de acordo com o contrato e os fluxos de caixa que a Companhia espera receber). *Apresentação da provisão para perdas de crédito esperadas no balanço patrimonial*: A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos. *Baixa*: O valor contábil bruto de um ativo financeiro é baixado quando o Grupo não tem expectativa razoável de recuperar o ativo financeiro em sua totalidade ou em parte. O Grupo adota a política de baixar o valor contábil bruto quando o ativo financeiro está vencido há 180 dias ou mais. A Companhia não espera nenhuma recuperação significativa do valor baixado. No entanto, os ativos financeiros baixados podem ainda estar sujeitos à execução de crédito para o cumprimento dos procedimentos da Companhia para a recuperação dos valores devidos. *(ii) Ativos não financeiros*: Em cada data de reporte, a Companhia revisa os valores contábeis de seus ativos não financeiros (exceto ativos contratuais e impostos diferidos) para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. Caso ocorra alguma indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. Para o ágio, o valor recuperável é testado anualmente. Para testes de redução ao valor recuperável, os ativos são agrupados em Unidades Geradoras de Caixa (UGC), ou seja, no menor grupo possível de ativos que gera entradas de caixa pelo seu uso contínuo, entradas essas que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio de combinações de negócios é alocado às UGCs ou grupo de UGCs que se espera que não se beneficiem das sinergias da combinação. O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo menos custos para vender, o valor em uso é baseado em fluxos de caixas futuros estimados, descontados a valor presente usando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do ativo ou da UGC. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo ou UGC excender o seu valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às UGCs são inicialmente alocadas para redução de qualquer ágio alocado à unidade (ou UGCs), e então, para redução dos demais ativos, de forma proporcional. Um ativo que não gera fluxos de caixa independentes dos demais ativos, a partir do qual o ativo gerador de caixa pertence, o valor recuperável é determinado para a unidade geradora de caixa a qual o ativo pertence. Ativos corporativos da Companhia não geram fluxos de caixa independentes e são utilizados por mais de uma unidade geradora de caixa. Perdas por redução ao valor recuperável relacionadas a ágio não podem ser revertidas. Para outros ativos, perdas por redução ao valor recuperável previamente reconhecidas são revertidas quando há um aumento nas estimativas de valor recuperável. A reversão não deve exceder o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida. **m. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** De ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, com base nas análises efetuadas pela Companhia. **n. Arrendamentos:** No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação. **Companhia como arrendatária:** No início ou na reavaliação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de imóveis, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente. A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamento recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO - CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

	Móveis e utensílios	Instalações e benfeitorias	Equipamentos de informática	Equipamentos de comunicação e outros	Direito de uso de imóvel	Total
Imobilizado			Consolidado			
Taxas anuais de depreciação	10%	10% a 20%	20%	10%	-	-
Custo						
Saldo em 1/1/2019	-	-	-	-	-	-
Adições	145	197	373	20	1.886	2.621
Saldo em 31/12/2019	**145**	**197**	**373**	**20**	**1.886**	**2.621**
Saldo em 1/1/2020	**145**	**197**	**373**	**20**	**1.886**	**2.621**
Aquisição de controlada	10	-	230	15	-	**345**
Adições	230	1.644	1.230	59	159	**3.322**
Saldo em 31/12/2020	**475**	**1.841**	**1.833**	**94**	**2.045**	**6.288**
Depreciação						
Saldo em 1/1/2019	-	-	-	-	-	-
Despesa de depreciação	(1)	(1)	(8)	-	(285)	**(295)**
Recuperação Pis/Cofins					(29)	**(29)**
Saldo em 31/12/2019	**(1)**	**(1)**	**(8)**	-	**(314)**	**(324)**
Saldo em 1/1/2020	**(1)**	**(1)**	**(8)**	-	**(314)**	**(324)**
Despesa de depreciação	(29)	(135)	(215)	(4)	(372)	**(755)**
Recuperação Pis/Cofins					(38)	**(38)**
Saldo em 31/12/2020	**(30)**	**(136)**	**(223)**	**(4)**	**(724)**	**(1.117)**
Valor contábil						
Saldo em 31/12/2020	**445**	**1.705**	**1.610**	**90**	**1.320**	**5.171**
Saldo em 31/12/2019	**144**	**196**	**365**	**20**	**1.572**	**2.297**

b. Intangível

	Controladora			
	Software de terceiros	Software próprios	Desenvolvimento de software	Total
Taxas anuais de amortização	20%	20%		
Custo				
Saldo em 1/1/2019	-	-	-	-
Adições	36	3.073	-	**3.109**
Saldo em 31/12/2019	**36**	**3.073**	-	**3.109**
Saldo em 1/1/2020	**36**	**3.073**	-	**3.109**
Adições (a)	93	6.656	-	**6.778**
Saldo em 31/12/2020	**129**	**9.731**	**27**	**9.887**
Amortização				
Amortização acumulada em 1/1/2019	-	-	-	-
Despesa de amortização	(2)	(288)	-	**(290)**
Amortização acumulada em 31/12/2019	**(2)**	**(288)**	-	**(290)**
Amortização acumulada em 1/1/2020	**(2)**	**(288)**	-	**(290)**
Despesa de amortização	(13)	(1.134)	-	**(1.207)**
Amortização acumulada em 31/12/2020	**(15)**	**(1.482)**	-	**(1.497)**
Saldo contábil				
Saldo contábil em 31/12/2020	**114**	**8.249**	**27**	**8.390**
Saldo contábil em 31/12/2019	**34**	**2.785**	-	**2.819**

	Consolidado						
	Softwares de terceiros	Softwares próprios	Desenvolvimento de software	Ágio na combinação de negócios	Carteira de clientes	Cláusula de non compete	Marca	Total
Taxas anuais de amortização	20%	10% e 20%		-	10% e 12,5%	20% e 33%	11%	
Custo								
Saldo em 1/1/2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Adição de intangível por reestruturação (nota nº 1)	-	164	-	818	354	5	-	**1.341**
Adições	2.231	3.073	-	-	-	-	-	**5.304**
Saldo em 31/12/2019	**2.231**	**3.237**	-	**818**	**354**	**5**	-	**6.645**
Saldo em 1/1/2020	**2.231**	**3.237**	-	**818**	**354**	**5**	-	**6.645**
Aquisição de controlada	-	3.269	-	10.515	11.959	59	1.476	**27.278**
Adições	427	6.668	27	-	-	-	-	**7.113**
Saldo em 31/12/2020	**2.658**	**13.164**	**27**	**11.333**	**12.313**	**64**	**1.476**	**41.036**
Amortização								
Amortização acumulada em 1/1/2019	-	-	-	-	-	-	-	-
Amortização por reestruturação	-	(17)	-	-	(13)	(1)	-	**(31)**
Despesa de amortização	(520)	(324)	-	-	(27)	(1)	-	**(872)**
Amortização acumulada em 31/12/2019	**(520)**	**(341)**	-	-	**(40)**	**(2)**	-	**(903)**
Amortização acumulada em 1/1/2020	**(520)**	**(341)**	-	-	**(40)**	**(2)**	-	**(903)**
Despesa de amortização	(537)	(1.424)	-	-	(953)	(11)	(121)	**(3.046)**
Amortização acumulada em 31/12/2020	**(1.057)**	**(1.765)**	-	-	**(993)**	**(13)**	**(121)**	**(3.949)**
Saldo contábil								
Saldo contábil em 31/12/2020	**1.601**	**11.399**	**27**	**11.333**	**11.320**	**51**	**1.355**	**37.086**
Saldo contábil em 31/12/2019	**1.711**	**2.896**	-	**818**	**314**	**3**	-	**5.742**

c. Ágio page por expectativa de rentabilidade futura: O saldo de ágio apurado nas aquisições de participações societárias encontra-se fundamentado na expectativa de rentabilidade futura da operação adquirida e soma R$ 11.333 em 31 de dezembro de 2020 (2019: R$ 818). O ágio alocado por unidade geradora de caixa ("UGC") é conforme descrito a seguir:

	Consolidado	
Ágio	**2020**	**2019**
ID Trust Tecnologia de Software Ltda.	10.515	-
Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	818	818
Total	**11.333**	**818**

A Companhia testa anualmente o valor recuperável dos seus ativos de vida útil indefinida, que se constitui principalmente de ágio por expectativa de resultados futuros, advindos de processos de combinação de negócios, utilizando o valor em uso, através de modelos de fluxo de caixa descontado que atendem as condições de mercado, características de cada UGC e elabora cenários econômicos que prevemas as condições de realização dos ativos avaliados. Os fluxos de caixa futuros foram descontados com base na taxa representativa do custo médio ponderado de capital (WACC). De forma consistente com as técnicas de avaliação aplicadas, foram utilizados o valor em uma perpetuidade para um período de 5 (cinco) anos, e a partir de então, considerando-se a perpetuidade das premissas após este período, com crescimento, tendo em vista a capacidade de continuidade dos negócios por tempo indeterminado. A taxa de crescimento na perpetuidade foi determinada com base na estimativa da taxa anual composta de crescimento de longo prazo do EBITDA, a qual a Administração entende que está consistente com a premissa que um participante de mercado utilizaria. O EBITDA foi projetado levando em consideração a experiência passada, ajustado pelos seguintes fatores: • Crescimento da receita foi projetado levando em consideração os níveis de crescimento medio projetados em longo dos últimos anos; • Ovolume de vendas e o aumento-to dos preços estimados para os próximos cinco anos; • Os fluxos de caixa estimados relacionados ao orçamento e esperado para 2020 foi considerado nas projeções. O valor recuperável da UGC foi baseado no valor em uso, determinado através dos fluxos de caixa futuros descontados a serem gerados pelo uso contínuo da UGC. Para desconto do fluxo de caixa futuro utilizou-se o WACC de 17,21% (2019: 19,80%) a.a. para este segmento antes dos impostos (em moeda local nominal, incluindo a inflação). As principais premissas utilizadas para estimar o valor recuperável dos segmentos reportáveis estão definidas a seguir:

Em percentual	**2020**	**2019**
Taxa de desconto	17,21%	19,60%
Taxa de crescimento na perpetuidade	3,00%	1,00%
Taxa de crescimento estimado	16,00%	35,70%

12. Contas a Pagar

	Circulante			
	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Fornecedores	2.869	235	5.117	3.526
Reembolsos a realizar (nota explicativa nº 17)	7.100	8.722	7.335	9.022
Adiantamentos de clientes	62	74	65	154
Acordos judiciais a pagar (nota explicativa nº 20 a)	375	-	375	-
	10.406	**9.131**	**12.892**	**12.702**

13. Tributos a Recolher

	Circulante			
	Controladora		Consolidada	
	2020	2019	2020	2019
Encargos sobre salários	359	518	1.421	601
Impostos sobre serviços prestados por terceiros	57	6	95	15
Impostos próprios a recolher	5.805	85	8.366	2.357
	6.861	**609**	**10.072**	**2.973**

14. Mútuos a Pagar

				Controladora	Consolidado
Parte Contraparte	**relacionada**	**Vencimento**	**Encargos**	**2020**	**2019**	**2019**
ID Trust	Controlada	21/01/2022	CDI + 6% a.a.	1.314	-	-
CCI	Grupo Econômico	Diversos	CDI + 3% a.a.	-	-	1.549

15. Antecipação de Lucros: A Companhia recebeu lucros antecipados da controlada Captalys Gestão Ltda. durante o exercício de 2020, o montante de R$ 5.084 (2019 - R$ 0) que em um exercício futuro será sado com a geração de lucros futuros dessa controlada no exercício de 2021. Esta antecipação não possui incidência de juros.

16. Empréstimos e Financiamentos: Em 31 de dezembro de 2020 o saldo de "Empréstimos e financiamentos", no consolidado, é de R$ 20.838 (R$ 0 em 2019), sendo R$ 6.336 registrado no curto prazo e R$ 14.302 no longo prazo. Empréstimo bancário contraído em 02 de setembro de 2020 pela controlada Captalys Gestão Ltda., mediante emissão de Cédula de Crédito Bancário (CCB) - no valor de R$ 20.000 a ser pago em 31 parcelas, com carência de seis meses e vencimento final em 11 de setembro de 2023. Sobre o valor principal incidirá juros que serão calculados diariamente aplicando a taxa média diária do CDI acrescido de uma taxa de juros de 7,88% a.a. capitalizados *pro rata temporis*. Como garantia a inadimplência, foi realizada cessão fiduciária de direitos creditórios decorrentes de contratos de prestação de serviços de gestão da carteira de 7 (sete) fundos de investimento, cujos contratos previsem uma remuneração mensal a ser paga a Captalys Gestão, mais os direitos decorrentes dos recebíveis vinculados incluindo todo e qualquer recurso nela depositado, oriundo de determinados Fundos de Investimentos em Direitos Creditórios (FIDC's) garantindo, durante a vigência do contrato, 100% da soma dos valores de principal mais juros das obrigações garantidas. O empréstimo poderá ser considerado antecipadamente vencido se determinadas condições não forem cumpridas e que venham a causar aumento indevido do risco de atendimento das obrigações (covenant), destacando: • Falta de cumprimento no prazo e pela forma devidos do cumprimento da obrigação principal ou acessória; • Sofrer requerimento de falência, desde que não eidido no prazo legal, requerer e/ou tiver decretada falência ou for dissolvida; • Sofrer legítimo protesto de título cujo valor individual ou agregado exceda R$ 1.000 desde que não seja cancelado no prazo de 5 dias úteis; e • Se for adquirida novas dívidas e/ou fornecer quaisquer avais em obrigações financeiras durante a vigência do contrato superiores ao valor de R$ 12.000. Conforme nota explicativa nº 35, este empréstimo foi integralmente liquidado em 6 de maio de 2021.

17. Partes Relacionadas: A Companhia e suas controladas mantêm operações com partes relacionadas que pertencem ao mesmo grupo econômico, cujos montantes dos saldos, natureza e totais das transações e efeitos nas demonstrações financeiras estão demonstrados a seguir:

			Controladora				Consolidado			
			Ativos/ (passivos)		Receitas/ (despesas)		Ativos/ (passivos)		Receitas/ (despesas)	
Transação	**Parte relacionada**	**Relação**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**	**2020**	**2019**
Ativo/receita										
Adiantamento de lucros (nota explicativa nº 21f)	Pessoas físicas	Acionistas	2.795	-	-	-	2.928	-	-	-
Taxa de Gestão a Receber	BSO FIP	Grupo Econômico	-	-	-	-	3.122	2.128	994	955
Contratos de mútuo (a)	Inário Empreendimentos e Participações Ltda.	Grupo Econômico	158	-	3	-	158	-	3	-
Contratos de mútuo (b)	Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	Controlada	102	460	22	43	-	-	-	-
Contratos de mútuo (c)	ID Trust Tecnologia de Software Ltda.	Controlada	419	-	6	-	-	-	-	-
Contratos de mútuo (d)	Pessoas físicas	Acionistas	1.712	1.638	74	31	1.712	1.638	74	31
Contratos de mútuo (e)	Captalys Companhia de Investimentos	Grupo Econômico	4.326	3.657	137	78	4.326	3.657	137	-
Rateio de despesas entre empresas do grupo (f)	Captalys Gestão Ltda./Captalys Serviços	Controladas	3.141	-	44.437	-	-	-	-	-
Adiantamentos para pagamento de despesas - Reembolso	Captalys Gestão Ltda.	Controlada	76	-	-	-	-	-	-	-
Ressarcimento de pagamento de despesas - Reembolso	Captalys DTVM	Grupo Econômico	239	-	-	-	239	-	-	-
Adiantamentos para pagamento de despesas - Reembolso (g)	Captalys companhia de Investimentos	Grupo Econômico	442	2.838	-	-	11.027	16.782	-	508
Dividendos a Receber	Captalys Gestão Ltda.	Controlada	2.757	1.767	-	-	-	-	-	-
Outros ativos e passivos - Reembolso	Diversos	Diversos	1	1	-	-	7	-	-	-
Total			**16.168**	**10.361**	**44.679**	**152**	**23.519**	**24.205**	**1.716**	**980**
Passivo/despesa										
Dividendos distribuídos a pagar (nota explicativa nº 21f)	Pessoas físicas	Acionistas	(5.799)	(6.000)	-	-	(9.470)	(6.550)	-	-
Lucros Antecipados	Captalys Gestão Ltda.	Controlada	(5.084)	-	-	-	-	-	-	-
Contratos de mútuo (c)	ID Trust Tecnologia de Software Ltda.	Controlada	(1.514)	-	-	(6)	-	-	-	-
Contratos de mútuo (e)	Captalys Companhia de Investimentos	Grupo Econômico	-	-	-	-	(1.549)	-	-	(152)
Reembolsos a pagar	Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A.	Controlada	-	-	-	-	-	(32)	-	-
Adiantamentos para pagamento de despesas - Reembolso (g)	Captalys Companhia de Investimentos	Grupo Econômico	(6.967)	(5.277)	(2.087)	(12.227)	(6.967)	(5.279)	(2.087)	(12.227)
Reembolsos a pagar	Finvest VIII Participações Ltda.	Grupo Econômico	-	(3.342)	-	-	-	(3.342)	-	-
Adiantamentos para aquisição de controlada no exterior	Captalys Asset Management Ltd.	Controlada	(133)	(103)	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para pagamento de despesas	Abioye Empreendimentos e Participações Ltda.	Grupo Econômico	-	-	-	-	(388)	(388)	-	-
Total			**(19.497)**	**(14.722)**	**(2.087)**	**(12.233)**	**(16.865)**	**(17.131)**	**(2.087)**	**(12.379)**

(a) Refere-se a saldo de mútuos a receber decorrente de contratos celebrados entre a Companhia ("Mutuante") e a Inário Empreendimentos e Participações Ltda. ("Mutuária"). Esses contratos foram celebrados entre agosto/20 e outubro/20, prevenem pagamento em até 366 dias, a partir da data de assinatura desses contratos, pelo valor corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA, mais juros de 6% (seis por cento) ao ano.

(b) Refere-se a valor a receber que a Companhia possui da Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. ("Certificadora"), mediante celebração de contrato de mútuo, cujo pagamento deverá ocorrer em até 365 dias e o valor será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA acrescido de 12% ao ano a partir da assinatura do contrato que ocorreu em 21 de dezembro de 2020.

(c) O saldo ativo refere-se a contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e a controlada IDTrust Tecnologia de Software Ltda. no valor de R$ 419, cujo valor era atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA acrescido de juros de 6% ao ano e posteriormente, mediante aditivo, a partir de 21 de setembro de 2020 passou a ser atualizado somente por IPCA. Já o saldo passivo, refere-se a contrato de mútuo celebrado entre IDTrust Tecnologia de Software Ltda. e a Companhia em 21 de dezembro de 2020 para fazer frente ao empréstimo tomado pela Companhia no valor de R$ 1.508, cujo saldo será restituído em até 30 dias, atualizado pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA acrescido de juros de 6% ao ano.

(d) Contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e um dos seus acionistas, em 17 de dezembro de 2019, para pagamento em até cinco anos, corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA.

(e) Contrato de mútuo celebrado entre a Companhia e a Captalys Companhia de Investimento em 30 de outubro de 2020, com vencimento em 30 de outubro de 2021, podendo ser prorrogado mediante acordo entre as partes e o valor será corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA. O contrato de mútuo que havia sido celebrado em 13 de novembro de 2019 prevê pagamento em até 180 dias corrigido pelo Índice de Preços ao Consumidor Ampliado - IPCA acrescido de 6% a.a. foi liquidado em 30 de setembro de 2020.

(f) Refere-se a saldo de contrato de cost sharing celebrado entre a Companhia e suas controladas, de modo que os gastos concentrados na Controladora sejam compartilhados para as demais empresas do Grupo, observando como regra a participação de cada uma delas na receita bruta da atividade.

(g) Decorre substancialmente de valores recebidos ou pagos pela Captalys Companhia de Investimentos ("CCI"), em nome da Companhia em função da incorporação pela parcela cindida, conforme descrito na nota explicativa nº 1. Os contratos em geral permanecerão na razão social de "CCI" até a devida transferência de titularidade sendo necessário liquidação e/ou compensação através de formalização das notas de débito entre as partes. Esses valores serão liquidados até novembro de 2021.

Remuneração do pessoal chave da administração: A remuneração atribuída aos administradores está representada por benefícios de curto prazo e nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 estavam assim distribuídas:

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
Remuneração fixa	1.135	426	1.135	426
Participação nos lucros	1.782	1.405	1.782	1.405
Plano de opções de compra de ações (nota explicativa nº 33)	6.432	-	6.432	-
Dividendos deliberados (nota explicativa nº 21.f)	2.795	6.000	2.795	6.000
	12.144	**7.831**	**12.144**	**7.831**

Os Diretores Estatutários são parte de contrato de trabalho no regime CLT (Consolidação das Leis Trabalhistas), onde seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios. Nesta nota apresentamos também os valores pagos a título de dividendos discricionários provisionados e pagos, conforme também descritos na nota explicativa nº 21. a. Durante os exercícios de 2020 e 2019 não houve pagamento de benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou qualquer tipo de remuneração baseada em ações que não estejam de acordo com os requisitos pela CIT.

18. Arrendamentos: Em 31 de dezembro de 2020, a controlada Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. possui contrato de arrendamento referente ao imóvel utilizado para suas atividades administrativas. Esse arrendamento possuía prazo de duração de 5 anos com opção de renovação após este período. Os pagamentos deste arrendamento são reajustados anualmente, para refletir os ajustes inflacionários previstos no contrato. O saldo do passivo de arrendamento do imóvel da controlada Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. estava assim composto:

			Consolidado	
Operação	**Vencimento**	**Encargos**	**2020**	**2019**
Arrendamento - Direito de uso de imóvel	01/03/2024	IGP-M	1.547	1.747
Circulante			489	419
Não circulante			1.058	1.328
Total			**1.547**	**1.747**

Os ativos de direito de uso relacionados a propriedades arrendadas que não atendem à definição de propriedade para investimento são apresentados como ativo imobilizado, conforme nota explicativa nº 11(a), rubrica "Direito de uso de imóvel". O fluxo do passivo de arrendamentos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 tem a seguinte composição, por ano de vencimento:

	Consolidado	
Vencimentos	**2020**	**2019**
2020	-	419
2021	488	419
2022	488	419
2023	489	420
2024	82	70
Total	**1.547**	**1.747**

A movimentação do arrendamento é assim representada:

	Consolidado	
	2020	2019
Saldo em 1º de janeiro	**1.747**	-
Novo arrendamento	159	-
Reconhecimento pela adoção do CPC 06/IFRS 16	-	1.886
Pagamento de principal	(410)	(314)
Pagamento de juros	(109)	(44)
Juros provisionados	150	219
Saldo em 31 de dezembro	**1.547**	**1.747**

19. Obrigações Trabalhistas e Sociais

	Circulante			
	Controladora		Consolidada	
	2020	2019	2020	2019
Provisão de férias e encargos	2.252	1.087	2.913	1.251
Provisão para participação nos lucros	3.881	2.435	3.881	2.455
	6.131	**3.522**	**6.794**	**3.706**

20. Provisão para Contingências: A Companhia e suas controladas são parte em processos administrativos e judiciais, oriundos do curso normal de suas operações. Esses processos envolvem assuntos de natureza civel e trabalhista. Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, internos e externos, a Companhia mensurou e reconheceu provisões para contingências em montante estimado do valor da obrigação e que refletem a saída de recursos operacis. Em 31 de dezembro de 2020, as provisões para contingências provável estavam reconhecidas no montante de R$ 313, no consolidado. A Companhia e suas controladas não apresentam depósitos judiciais relacionados aos referidos processos judiciais. A composição da provisão para contingências encontra-se detalhada abaixo:

a. Movimentação das contingências prováveis

	Consolidado				
	2019	Adições	Reversões	Encargos	Pagamentos	2020
Processos cíveis (1)	-	**313**	-	-	-	313
Processos cíveis (2)	-	**375**	(375)	-	-	-
	-	**688**	(375)	-	-	313

(1) Os processos cíveis representam a responsabilidade solidária em quatro processos que a Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. ("Controlada") foi arrolada nos autos, em ações movidas por mutuários na aquisição de imóveis intermediadas por empresas de loteamentos e empreendimentos imobiliários envolvendo pedidos de restituições de valores, rescisões de contratos e acordos de negociação.

(2) Durante o exercício de 2020 a Companhia realizou acordo e encerrou a ação de um único processo trabalhista no montante de R$ 375. O acordo com o reclamante homologado em audiência será pago em parcelas a partir do exercício de 2021 e está registrado no "Contas a pagar", conforme nota explicativa nº 12, uma vez que já se encontram em fase final de concluso. O montante total de R$ 375 e R$ 688, na Controladora e no Consolidado, respectivamente, está registrado no resultado conforme nota explicativa nº 26.

b. Contingências possíveis: A Companhia, no Consolidado, possui valores envolvendo discussões judiciais que foram analisadas por assessores jurídicos em conjunto com a administração e consideradas como probabilidade de perdas possíveis que não requerem a constituição de provisão contábil e compostas por: ***Processos trabalhistas:*** A controlada IDtrust é parte em processos envolvendo o reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento de verbas salariais com risco estimado de R$ 300, representado por uma única ação. ***Processos cíveis:*** A Companhia possui ações cíveis de risco estimado como possível no montante de R$ 3.028 no Consolidado, relacionadas a: R$ 62 - Participação solidária da Companhia em ação declaratória de inexistência de débito e reparação de danos materiais e morais relacionados a contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios movido por um único estabelecimento comercial; R$ 215 - Trata-se de ação movida contra a controlada Gestão referente a obrigação de execução de obras necessárias à conclusão de empreendimento imobiliário dito por um fundo genido, e pagamento de prejuízos acados pelo autor da ação pelo atraso e inadequação da obra; R$ 423 - Participação solidária da controlada Certificadora em duas ações revisionais de juros de financiamento de imóveis e valores de liquidação intermediadas por empresas de loteamentos e empreendimentos imobiliários; R$ 1.500 - Trata-se de ação movida contra a controlada IDTrust, referente a processo relacionado a não violação de cláusula concorrencial referente a contrato de software; R$ 828 - Execução Fiscal ajuizada pela União Federal para cobrança de débitos de IRPJ, CSLL, PIS e COFINS contra a executada Captalys Companhia de Investimentos (antiga Captalys Gestão Ltda.), a Companhia é sucessora desta ação devido ao evento de cisão realizado em janeiro de 2019, conforme nota explicativa nº 1.

21. Patrimônio Líquido: Veja políticas contábeis na nota explicativa nº 3.k. **a. Capital social:** As ações ordinárias têm os mesmos direitos com relação aos ativos líquidos residuais da Companhia. Acionistas preferenciais participam somente até o limite do valor nominal dessas ações. O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R$ 62.710, sendo R$ 24.200 em ações ON, R$ 38.378 em ações PNA, R$ 1 em ações PNB e R$ 1 em ações PNC (R$ 34.941 em 2019, sendo R$ 18.377 em ações ON, R$ 16.562 em ações PNA, R$ 1 em ações PNB e R$ 1 em ações PNC), dividido em 33.097.320 (2019 - 29.767.588) ações, todas nominativas e sem valor nominal, cujas quantidades estão distribuídas da seguinte forma:

	Ações em quantidade				
	ON	PNA	PNB	PNC	Total
Posição em 01.01.2019 (1)	**1.000**	-	-	-	**1.000**
Incorporação (2)	15.828.045	12.890.651	430	105	**28.729.231**
Movimentação (3)	-	1.057.357	-	-	**1.057.357**
Posição em 31.12.2019	**15.829.045**	**13.948.008**	**430**	**105**	**29.787.588**
Posição em 01.01.2020	**15.829.045**	**13.948.008**	**430**	**105**	**29.787.588**
Movimentação (4)	709.615	2.600.117	-	-	**3.309.732**
Posição em 31.12.2020	**16.548.660**	**16.548.125**	**430**	**105**	**33.097.320**
Ações em tesouraria - outorgada à funcionários (5)	**(1.666.897)**	**(5.945.337)**	-	-	**(7.612.234)**
Ações em tesouraria (6)	-	**(313.394)**	-	-	**(313.394)**
Ações em circulação	**14.881.763**	**10.289.394**	**430**	**105**	**25.171.692**

(1) Capital Social R$ 1 representando 1.000 ações ordinárias - ON, totalmente integralizadas em 2019 e em moeda corrente nacional da Finvest XII Participações Ltda.

(2) Em 30 de janeiro de 2019 a Assembleia Geral de Transformação aprovou a (i) transformação do tipo societário de Finvest XII Participações Ltda. de sociedade limitada em sociedade por ações e com a consequente alteração de sua denominação social para Captalys Companhia de Crédito, (ii) aprovação do Laudo de Avaliação e incorporação do acervo líquido cindido pela Captalys Companhia de Investimento à Companhia, e (iii) o consequente aumento de capital social no montante de R$ 33.333 mediante a emissão de 28.729.231 ações.

(3) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 16 de dezembro de 2019 aprovou o aumento de capital no montante de R$ 1.807 mediante a emissão de 1.057.357 ações preferenciais - Classe A, sem valor nominal, nominativas, ao preço de R$ 1,52 por ação, com base no seu valor patrimonial de 30 de outubro de 2019. A integralização foi paga pelo funcionário com recursos empretados pela Companhia, conforme maiores detalhes na nota explicativa nº 8.

(4) A Assembleia Geral Extraordinária realizada em 29 de abril de 2020 aprovou o aumento de capital da Companhia no montante de R$ 27.769 mediante a emissão de 3.309.372 ações, sendo 2.600.117 preferenciais Classe A e 709.615 ações ordinárias, sem valor nominal, ao preço de R$ 8,39 por ação, com base em laudo de avaliação preparado pela Companhia. As ações foram emitidas por meio de empréstimos aos acionistas administradores, em 28 de maio de 2020 a Companhia recomprou essas ações, devolvendo as para tesouraria e mesma data foram outorgadas a funcionários e administradores em posição de comando, conforme item (5) abaixo, mediante a celebração de contrato com cada um dos funcionários.

(5) Em maio de 2020 a Companhia outorgou a seus administradores e funcionários em posição de comando, a título de benefício da empresa, 7.666.897 ações ON e 5.945.337 ações PNA por um preço fixo e determinado. Maiores detalhes estão descritos na nota explicativa nº 33.

(6) Ações de própria emissão adquiridas para manutenção em Tesouraria e posterior cancelamento ou recolocação mediante venda para acionistas da Companhia.

Os acionistas terão direito a um dividendo anual não cumulativo de 100% (em por cento) do lucro líquido do exercício, deduzidos os montantes fixados por lei (veja nota (b) (i) abaixo) e também deduzidos pelos dividendos estabelecidos em estatuto para as ações preferenciais (veja nota (i), abaixo):

(i) Ações preferenciais: As ações preferenciais estão divididas em 3 classes, classe A, B e C. Os detentores das ações preferenciais **(i.1)** Classe A não tem direito a voto e não tem prioridade a dividendos mínimos ou dividendos fixos, mas terão preferência no reembolso de seu valor patrimonial à época em caso de liquidação da Companhia, com prêmio de R$ 0,01 (um centavo de real); **(i.2)** Classe B não tem direito a voto e terá direito a um dividendo fixo de R$ 0 por ano a ser pago por ação, desde que a Companhia apresente lucro no período e caso o lucro não seja suficiente para remunerar essa classe de ações, a Companhia realizará a distribuição do saldo remanescente com as reservas de lucros; **(i.3)** Classe C terá direito a um dividendo mínimo, não cumulativo, de 30%, ou mais, desde que autorizado pela Assembleia Geral de Acionistas, com votação unânime dos acionistas controladores, calculados sobre o lucro líquido, deduzido da reserva legal e dos dividendos das ações preferenciais Classe B. ***(ii) Ações ordinárias:*** As ações ordinárias dão direito a um voto por ação nas deliberações da Companhia e terão direito a dividendos, considerados em conjunto com os dividendos, após a distribuição para os acionistas preferenciais. **b. Reserva de lucros:** *(i) Reserva legal:* É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício nos termos do artigo 193 da Lei 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. No encerramento do exercício findo em 31 de dezembro de 2020 não foi constituída reserva legal e o saldo existente foi utilizado para absorver parte do prejuízo do exercício (R$ 246 2019). O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2020 e de R$ 0 (R$ 246 em 2019). *(ii) Reserva de retenção de lucros:* No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do artigo 202 da Lei 6.404/76, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar. Considerar-se-á realizada a parcela do lucro líquido do exercício que exceder da soma dos seguintes valores: • O resultado líquido positivo da equivalência patrimonial; e • O lucro, rendimento ou receita operacional ou não operacional. Se o montante líquido de ativo e passivo pelo valor de mercado, cujo prazo de realização financeira ocorra após o término do exercício social seguinte. A reserva de lucros a realizar somente poderá ser utilizada para pagamento do dividendo obrigatório e, para efeito do inciso III do artigo 202 da Lei 6.404/76, os não considerados como integrantes da reserva os lucros a realizar de cada exercício que formem os primeiros a serem realizados em dinheiro. No exercício em que o saldo da reserva de retenção de lucros ou valor de R$ 1.994 for utilizado para absorver parte do prejuízo do exercício. Em 31 de dezembro de 2020 o saldo da referida reserva é de R$ 0 (R$ 1.994 em 2019). **c. Transações de capital:** O saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 4.714 (2019 - R$ 530) está representado pela variação percentual da participação societária na controlada Certificadora de Créditos Imobiliários e Participações S.A. e pela distribuição de dividendos desproporcionais aos acionistas minoritários das controladas Captalys Gestão Ltda. e ID Trust, conforme deliberação e aprovação dos acionistas. **d. Ações ordinárias:** A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Classe das ações			
	ON	PNA	PNB	Total	R$
Posição em 01.01.2019	-	-	-	-	-
Movimentações no período	-	(30)	-	(30)	-
Posição em 31.12.2019	-	(30)	-	(30)	-
Posição em 01.01.2020	-	(30)	-	(30)	-
Movimentação:					
Outorgadas à funcionários	(1.666.897)	(5.945.337)	-	(7.612.234)	(26.938)
Para futuras deliberações	-	(313.394)	30	(313.394)	(902)
Posição em 31.12.2020	**(1.666.897)**	**(6.258.731)**	-	**(7.925.628)**	**(27.815)**

e. Ajustes de avaliação patrimonial: O saldo em 31 de dezembro de 2020 no montante de R$ 317 (2019 - R$ 19) representa as diferenças resultantes da conversão das taxas de câmbio das demonstrações financeiras de operações das entidades controladas no exterior. Os valores registrados em ajustes de avaliação patrimonial são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos investimentos. **f. Dividendos mínimo obrigatório:** Conforme descrito no item (a), desta nota explicativa, é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório, deduzido da reserva legal, correspondente a: **(i)** R$ 6 (seis mil reais) por ação para as acionistas detentores das ações preferenciais classe B ("PNB"); **(ii)** 30% do lucro líquido para os acionistas detentores das ações preferenciais classe C ("PNC"), deduzido dos dividendos das ações PNB, aprovado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que serão deliberadas em Assembleia. O dividendo mínimo proposto é conforme segue:

	Controladora	
	31/12/2020	31/12/2019
(Prejuízo) / Lucro líquido dos exercícios

CONTINUAÇÃO

CAPTALYS COMPANHIA DE CRÉDITO - CNPJ Nº 23.361.030/0001-29

Notas explicativas às demonstrações financeiras *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

30. Instrumentos Financeiros: A tabela a seguir apresenta os instrumentos financeiros reconhecidos nas demonstrações financeiras ao custo amortizado e valor justo por meio do resultado. De acordo com a análise da administração, o valor contábil é semelhante aos respectivos valores justos:

		Controladora Valor contábil e valor de mercado	Consolidado Valor contábil e valor de mercado	Nível do Valor Justo
	Nota	2020	2020	
Custo Amortizado:				
Caixa	4	270	355	1
Contas a receber	5	2.706	20.222	2
Títulos a receber - partes relacionadas	8	6.717	6.196	2
Reembolsos a receber	9	758	11.223	2
		10.451	**38.046**	
Mensurado a valor justo por meio de resultado:				
Instrumentos financeiros - comprimissada	7	7.547	7.547	2
Títulos a receber - terceiros	7	958	958	2
Aplicações financeiras	4	1.035	2.661	1
		9.540	**11.166**	
Ativos financeiros		**19.991**	**49.212**	
Custo Amortizado:				
Fornecedores	12	2.869	5.117	2
Reembolsos a realizar	12	7.100	7.335	2
Títulos a pagar - partes relacionadas	14	1.514	-	2
Dividendos a pagar	21.f	5.799	9.470	2
Obrigações por aquisição de investimento	2.f	18.637	18.637	2
Arrendamento - Direito de uso de imóvel	18	-	1.547	2
Empréstimos e financiamentos	16	-	20.638	2
Passivos financeiros		**35.919**	**62.744**	

		Controladora Valor contábil e valor de mercado	Consolidado Valor contábil e valor de mercado	Nível do Valor Justo
	Nota	2019	2019	
Custo Amortizado:				
Caixa	4	3	383	1
Contas a receber	5	1.409	11.972	2
Títulos a receber - partes relacionadas	8	8.841	8.841	2
Reembolsos a receber	9	2.838	16.782	2
		13.091	**37.978**	
Mensurado a valor justo por meio de resultado:				
Títulos a receber - terceiros	7	420	420	2
Aplicações financeiras	4	56	24.803	1
		476	**25.223**	
Ativos financeiros		**13.567**	**63.201**	
Custo Amortizado:				
Fornecedores	12	335	3.526	2
Reembolsos a realizar	12	8.722	9.022	2
Arrendamento - Direito de uso de imóvel	18	-	1.747	2
Dividendos a pagar	21.f	6.000	6.550	2
Passivos financeiros		**15.057**	**20.845**	

Os instrumentos financeiros devem usar dados observáveis de mercado, tanto quanto possível, utilizando técnicas de avaliação da seguinte forma: • **Nível 1** - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • **Nível 2** - inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preço) ou indiretamente (derivado de preços); e • **Nível 3** - inputs para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). **Derivativos:** A Companhia, durante os exercícios de 2020 e 2019, não efetuou qualquer operação relacionada a Instrumentos Financeiros Derivativos.

31. Gerenciamento de Riscos: A Companhia possui exposição para os riscos financeiros e operacionais resultantes de instrumentos financeiros: • Risco de crédito; • Risco de liquidez; e • Risco de mercado. O gerenciamento de Risco é um processo dinâmico e se faz necessário a situação em mudança contínua, com reportes e controles diários. O objetivo é gerenciar os riscos envolvidos em todas as atividades, para maximizar as oportunidades de se alcançar os objetivos estratégicos do Grupo. Todas as áreas são responsáveis por gerir os riscos inerentes aos seus respectivos processos, de forma transparteia, a área de Gestão de Risco incidentes que podem alterar o perfil de risco da instituição. Além de reportar eventos de perdas operacionais. A Governança de Gestão de Risco começa pelas definições das áreas envolvidas e suas responsabilidades. As políticas de gerenciamento de risco do Grupo são estabelecidas para identificar e avaliar os riscos aos quais o Grupo está exposto, para definir limites de riscos e controles apropriados, e para monitorar os riscos e a aderência aos limites definidos. As políticas de gerenciamento de risco e os sistemas são revisados regularmente para refletir mudanças nas condições de mercado e nas atividades do Grupo. O Grupo através de suas normas e procedimentos de treinamento e gerenciamento, busca manter um ambiente de disciplina e controle no qual todos os funcionários tenham consciência de suas atribuições e obrigações. **a. Risco de crédito:** Risco de crédito é o risco da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros da Companhia. ***Caixa e equivalentes de caixa:*** A Companhia detinha "Caixa e equivalentes de caixa" de R$ 3.016 em 31 de dezembro de 2020 (2019 - R$ 25.186). O "Caixa e equivalentes de caixa" são mantidos com bancos e instituições financeiras de primeira linha. A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos ratings de crédito externos das contraparte. A Companhia não possui provisão para redução para caixa e equivalentes, uma vez que todos os saldos de caixa e ativos não apresentaria variações significativas em relação aos respectivos valores de mercado. ***Contas a receber de clientes:*** A qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes que utilizam a plataforma da Companhia para suas transações está associada ao nível de eficiência de clientes e segmentos de negócios a eles relacionados. Alterações no perfil de negócios podem ocorrer em função de crescimento orgânico, com o desenvolvimento de novos produtos, captação de novos clientes e expansão para novos mercados com um perfil de risco maior, ou mesmo por meio de fusões e aquisições que a Companhia pode vir a realizar, adquirindo sociedades contendo com uma carteira de clientes com qualidade de crédito inferior àquela dos seus atuais clientes, bem como em função de alterações nas condições econômicas, alterações nos regimes fiscais aplicáveis aos segmentos nos quais a Companhia e/ou seus clientes atuam, entre outros fatores. Quaisquer alterações nas condições econômicas e políticas, diminuição na demanda dos clientes, aumento na concorrência de mercado e alterações regulatórias podem afetar negativamente a taxa de crescimento e a qualidade da carteira de crédito da Companhia e de seus clientes, resultando no aumento do risco de inadimplência e afetar negativamente as operações, acesso a recursos de terceiros e situação financeira da Companhia. A provisão para perdas esperadas decorrente de eventual dificuldade de cobrança dos valores de serviços prestados aos clientes da Companhia. O saldo a receber de clientes é denominado em reais e está distribuído em diversos clientes. Devido à limitação quanto à disponibilidade de informações para a avaliação da capacidade de cobrança de um cliente, a Companhia avaliou que não existem perdas de crédito a níveis em seus barcos de dados, se existentes, em determinadas informações públicas sobre crédito ao consumidor, fontes privadas, para realizar a análise do perfil de crédito de cada um de seus clientes. A gestão do risco de crédito é baseada no modelo organizacional próprio da Companhia, no qual a maioria dos serviços prestados é realizado no curto prazo com pagamento em até 30 dias. Ainda assim, são realizadas análises periódicas do nível de inadimplência dos clientes, quando aplicável, e adotadas formas efetivas de cobrança. A análise efetuada pela Empresa segue critérios definidos e baseados em informações internas, especificas do negócio em que a Empresa opera, bem como informações externas, cadastrais ou comportamentais dos clientes, bem do estes modelos revistos periodicamente com base nas taxas históricas de perdas de cada cliente. A Companhia destaca que o Grupo não possui histórico significativo de perdas efetivas. Em 31 de dezembro de 2020, em razão da característica dos recebíveis e com base nas análises individualizadas realizadas nos clientes, a Companhia não possui saldo de provisão para perdas esperadas registrados em seus livros contábeis, uma vez que não há expectativa de perdas de crédito esperadas para os títulos em aberto nesta data. Ainda a Companhia possui apenas recebíveis vencidos de um único cliente no valor total de R$ 3.122, cujo recebível refere-se a serviços de gestão prestados para um fundo de investimento que faz parte do grupo econômico da Companhia e que a administração possui expectativa de receber o montante em sua integralidade. Adicionalmente, a Companhia constituiu provisão para perdas esperadas no exercício de 2020 no valor de R$ 875 (R$ 750 em 2019). Tendo em vista que essas provisões não foram liquidadas dentro dos prazos contratuais, e com base em análise individualizada, após esgotadas todas as tratativas de cobrança, a administração decidiu pela baixa desses recebíveis em sua integralidade no mesmo exercício, logo as provisões para perdas esperadas foram revertidas e baixadas, como contrapartida da o estoque de clientes, conforme abaixo demonstrado e detalhado na nota explicativa nº 5:

	2020	2019
	(875)	(750)
Baixa para perda de contas a receber	750	750
	(875)	**(875)**

Mútuos a receber: Os contratos de mútuo foram celebrados substancialmente com partes relacionadas, por empresas que compõe essas demonstrações financeiras consolidadas e/ou foram originados por empresas que integram o grupo econômico da Companhia, ainda que não constem dessas demonstrações financeiras. Os contratos foram praticados no curso normal dos negócios e em condições normais de mercado, incluindo bases de juros, prazos e não envolvem riscos maiores que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. A Companhia possui expectativa de receber esses ativos em caixa, em sua integralidade até a data de vencimento, que ocorrerá, para a maioria dos contratos celebrados, em até 12 meses a partir da data deste balanço demonstrações financeiras. ***Instrumentos financeiros - Operação compromissada:*** Composto por um único contrato, a operação compromissada é um instrumento financeiro que permite aos agentes em participarem e seus fluxo de crédito é minimizado pela qualidade e capacidade da contraparte fazer frente a seus compromissos e sua solvência junto ao mercado financeiro. ***Reembolsos a receber:*** Os reembolsos a receber representam o compromisso das contraparte que são integralmente partes relacionadas em reembolsar valores antecipados e pagos pela Companhia no curso de suas operações ocorrerá pela capacidade financeira e de liquidez das contraparte. A Companhia entende não haver risco de crédito associado a esses ativos financeiros. ***Garantias:*** A política da Companhia é fornecer garantias financeiras somente para obrigações das suas controladas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, a Companhia não emitiu nenhuma garantia as suas controladas. **b. Risco de liquidez:** Risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas a seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. O objetivo da Companhia ao administrar a liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir seus obrigações no vencimento, sob condições normais e sob pressão, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação da Companhia. A Companhia busca manter o nível de seu "Caixa e equivalentes de caixa" e outros investimentos com mercado ativo em um montante superior às saídas de caixa contratadas para liquidação de passivos financeiros para os próximos 60 dias. O índice de investimentos sobre saídas de caixa era de 1,98 vezes em dezembro de 2020 (2019 - 2,99). A Companhia estima também que o nível esperado de entradas de caixa proveniente do "Contas a receber de clientes" em conjunto com as saídas esperadas de caixa relacionadas à "Contas a pagar", conforme contratadas. Em 31 de dezembro de 2020, os investimentos e equivalentes de caixa e o montante a receber de curto prazo do ativo eram de R$ 3.016 (2019: R$ 25.186), os fluxos de caixa esperados provenientes do "Contas a receber de clientes" com vencimento em até dois meses era de R$ 20.222 (2019: R$ 11.972) e as saídas esperadas de caixa para "Contas a pagar" com vencimento em até dois meses eram de R$ 12.882 (2019: R$ 12.702). Isso exclui o potencial impacto de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas. A seguir, está um resumo dos vencimentos contratuais de passivos financeiros na data das demonstrações financeiras. Esses valores são brutos e não-descontados, e incluem pagamentos de juros contratuais e excluem o impacto dos acordos de compensação.

	Consolidado Fluxos de Caixa Contratuais				
31 de dezembro de 2020	Valor contábil	Fluxo Contratual	2 meses ou menos	3-12 meses	acima de 1 ano
Passivos financeiros não derivativos					
Títulos a pagar	1.514	1.514	1.514	-	-
Arrendamentos	1.547	1.984	101	502	1.381
Obrigações por aquisição de investimentos	18.637	20.075	-	9.810	10.265
Empréstimos e financiamentos garantia	20.638	20.638	-	6.336	14.302
Dividendos a pagar	9.470	9.470	400	5.120	3.950
Reembolsos a realizar	7.335	7.335	7.335	-	-
Fornecedores	5.117	5.117	5.117	-	-
Total	**64.258**	**66.133**	**14.467**	**21.768**	**29.898**
31 de dezembro de 2020					
Indexador					
DI			**2,00%**	**3,00%**	**4,00%**
IPCA			**1,99%**	**2,99%**	**3,98%**

			Quedo de 50%	Quedo de 25%	Cenário provável	Aumento de 25%	Aumento de 50%
Ativos e Passivos		**Saldo líquido 31/12/2020**	**Quedo de 50%**	**Quedo de 25%**	**Cenário provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
			Expectativa de receitas financeiras - 12 meses				
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	DI	2.661	53	80	133	166	199
Títulos a receber - terceiros	IPCA	958	19	29	38	48	57
Mútuos a receber - partes relacionadas	IPCA	6.196	123	185	247	308	370
Instrumentos financeiros - compromissada	IPCA	7.547	151	226	302	377	453
			Expectativa de despesas financeiras - 12 meses				
Empréstimos e financiamentos	DI	(20.638)	(413)	(619)	(826)	(1.032)	(1.238)
Total		**(3.276)**	**(67)**	**(99)**	**(133)**	**(166)**	**(198)**
31 de dezembro de 2019							
Indexadores			**Quedo de 50%**	**Quedo de 25%**	**Cenário provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
DI			**2,13%**	**3,19%**	**4,25%**	**5,31%**	**6,38%**
IPCA			**1,60%**	**2,40%**	**3,20%**	**4,00%**	**4,80%**
Ativos e Passivos	**Indexador**	**Saldo líquido 31/12/2019**	**Quedo de 50%**	**Quedo de 25%**	**Cenário provável**	**Aumento de 25%**	**Aumento de 50%**
			Expectativa de receitas financeiras - 12 meses				
Equivalentes de caixa - Aplicações financeiras	DI	24.803	527	791	1.054	1.318	1.581
Títulos a receber - terceiros	IPCA	3.976	64	95	127	159	191
Mútuos a receber - partes relacionadas	IPCA	5.295	85	127	169	212	254
			Expectativa de despesas financeiras - 12 meses				
Mútuos a pagar - partes relacionadas	DI	(1.549)	(33)	(49)	(66)	(82)	(99)
Total		**32.525**	**643**	**964**	**1.284**	**1.607**	**1.927**

32. Segmentos Operacionais: a. Base para segmentação: A Companhia possui três segmentos operacionais no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, são eles: (i) originação de rena de crédito; (ii) Plataforma Tecnológica de Crédito e (iii) Captalys Asset Management. O seguinte resumo descreve os produtos dos segmentos reportados da Companhia por área comercial: ***(i) Originação Direta de Crédito:*** Nossos esforços de vendas são direcionados a clientes de varejo (pessoas físicas e pequenas empresas com cartão); e (ii) PagAgro (Fornece capital de giro para a cadeia produtiva do agronegócio). ***(ii) Plataforma Tecnológica de Crédito:*** A Plataforma tecnológica integra os recursos e funcionalidades necessários para gerenciamento de empréstimos exclusivos, gerenciamento de carteiras e realizamos novos benefícios que devem ser reconhecidos no crescimento do cliente. Nossa Plataforma permite que nossos clientes originem, precifiquem, processem, cobrem e gerenciem carteiras diversificadas de ativos de crédito. ***(iii) Captalys Asset Management:*** CAM cobra taxas de gestão e performance para gerir capital em nome de seus clientes. São fundos de liquidez limitada com restrições de resgate apropriadas à liquidez das carteiras de empréstimos em que investe. **b. Conciliação das informações sobre cada segmento reportado com os valores reportados nas demonstrações financeiras consolidadas:**

	Segmentos operacionais							
	Originação Direta de Crédito		Plataforma Tecnológica de Crédito		Captalys Asset Management		Total Geral	
	2020	2019	2020	2019	2020	2019	2020	2019
Receita Bruta	6.071	6.899	44.897	11.278	35.654	31.827	86.622	50.004
(-) Impostos diretos	(615)	(431)	(4.550)	(704)	(3.613)	(1.986)	(8.778)	(3.121)
Receita operacional líquida	**5.456**	**6.468**	**40.347**	**10.574**	**32.041**	**29.841**	**77.844**	**46.883**
Receitas/(despesas) operacionais								
Despesas de Pessoal	(9.336)	(9.991)	(35.381)	-	(7.338)	(14.866)	(52.055)	(24.857)
Despesas de Comercialização	(671)	(741)	(3.302)	-	(685)	(1.103)	(4.658)	(1.844)
Despesas Administrativas	(309)	(111)	(1.172)	(165)	(243)	(165)	(1.724)	(276)
Despesas Gerais e Administrativas	(12.694)	(5.999)	(14.517)	(6.861)	(6.234)	(2.946)	(33.445)	(15.806)
Outras receitas e despesas operacionais	(94)	(1.421)	(355)	-	(74)	(2.115)	(523)	(3.536)
Depreciação e amortização	(157)	(301)	(595)	(48)	(123)	(448)	(875)	(750)
Resultado financeiro	**(23.461)**	**(18.564)**	**(55.322)**	**(6.861)**	**(14.697)**	**(21.644)**	**(93.480)**	**(47.069)**
Receitas financeiras	1.283	642	9.484	1.050	7.531	2.962	18.298	4.654
Despesas financeiras	(1.471)	(88)	(10.876)	(111)	(8.837)	(313)	(20.984)	(492)
	(188)	**574**	**(1.392)**	**939**	**(1.106)**	**2.649**	**(2.686)**	**4.162**
Resultado antes do IR e CSLL	**(18.193)**	**(11.522)**	**(16.367)**	**4.652**	**16.238**	**10.846**	**(18.322)**	**3.976**
Ativos segmentos reportáveis	**5.000**	**10.079**	**70.060**	**16.474**	**29.360**	**48.491**	**104.420**	**73.044**
Investimento de Capital (CAPEX)	1.826	255	13.197	5.327	1.261	446	16.284	6.028
Passivos dos segmentos reportáveis	**(16.941)**	**(13.681)**	**(53.764)**	**(12.506)**	**(10.678)**	**(9.457)**	**(80.781)**	**(35.644)**

c. Segmentos Geográficos: A Companhia originou receitas no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 1,84% (2019 - 1,80%) em relação ao total de receitas líquidas de operações no Nordeste do Brasil e o restante no Sudeste do Brasil. **Maior Cliente:** Nenhum cliente representou mais de 10% do total da receita líquida de serviços da Companhia.

33. Pagamento Baseado em Ações: a. Descrição do acordo de pagamento baseado em ações: Em 2020, a Companhia concedeu bonificações para seus funcionários, no valor de R$ 1.000, por meio de um bônus anual chve da administração por meio de Instrumentos de Compra e Venda de Ações ("Acordo"). O Plano é administrado pela Diretoria da Companhia e em 31 de dezembro de 2020 inclui 34 funcionários (0 funcionários em 31 de dezembro de 2019). A Companhia pagará aos funcionários participantes do Plano as ações da seguinte forma: (i) uma em maio de 2020, onde a Companhia outorgou 5.885.337 ações preferenciais classe A ("PNA") e 1.666.897 ações ordinárias ("ON"); e (ii) uma em agosto de 2020, onde a Companhia outorgou 60.000 ações PNA, ambas outorgadas com preço de R$ 0,01 por ação para cada ação, sendo R$ 8,39 para PNA e R$ 4,77 para ON, conforme estabelecido em cada Acordo. A Companhia utilizou ações em tesouraria para esta outorga aos funcionários (vide nota 21.ia).

Data da outorga / benefícios	Número de ações
Outorga de opções para pessoal-chave da Administração	
28 de maio de 2020	7.552.234
26 de agosto de 2020	60.000

O Acordo firmado entre as partes estabelece as condições de aquisição das ações, incluindo a quantidade e o preço das ações outorgadas e as características específicas do benefício do direito de compra. O Acordo também limita a posterior venda e transferência das ações pelo benefício-ir e estabelece os direitos de recompra da Companhia em determinadas circunstâncias. ***(i) Aquisição e transferência da ação:*** Nos termos do Acordo, o pagamento do preço de compra será feito por meio de uma dação em pagamento de direitos de benefício-ir, no valor total da ação a partir da data de outorga ("pagamentos ordinários") até que o preço de compra integral tenha sido pago. O Acordo estabelece que o pagamento será feito em até 5 anos a partir da aniversário do Acordo, porém, caso o benefício-ir seja encerrado antes do período de trabalhadores da Companhia, o prazo de pagamento será estendido por períodos adicionais de 1 (um) ano, até que o pagamento total da ação tenha sido feito. Enquanto o beneficiário for funcionário da Companhia ou da Empresa, não incidem juros sobre o preço de compra, caso contrário, o preço de compra será acrescido dos juros contratuais (em média 10% ao ano), até ao pagamento integral. O beneficiário pode, a qualquer momento, efetuar o pagamento total ou parcial do preço de compra, ("pagamentos extraordinários"). Se um beneficiário deixar a Companhia antes de ter pago o preço de compra, o beneficiário pagar o saldo total em aberto do preço de compra no prazo de 5 dias úteis. Se o beneficiário sair apoio o período de carência, o beneficiário deverá pagar o saldo devedor, acrescido dos juros vencidos e/ou vincendos, e/ou, ao longo de um período de carência, o benefício-ir será transferido para **pela Companhia:** A Companhia tem a opção de recomprar as ações por um valor igual ao valor cumulativo dos pagamentos extraordinários feitos pelo beneficiário que pode exercer a seu critério nos seguintes casos: (a) Caso o beneficiário seja autor da Data Limite; ou (b) Caso o beneficiário termo se desligado da Companhia e não cumpra algum dos pagamentos devidos. **b. Critério contábil do Plano:** Uma vez que os beneficiários não têm obrigação de adquirir as ações, o plano é considerado, em substância, um plano de opções. A combinação da outorga à transferência até após a Data Limite e o direito da Companhia de recomprar as ações caso o beneficiário deixe a Companhia antes desta data cria uma obrigação de outorgar ações. Portanto, para cada Acordo começa a partir da data de outorga até a Data Limite. A Companhia reconhece uma despesa pelos serviços prestados pelos beneficiários durante o período de aquisição com um correspondente aumento no patrimônio líquido. **c. Deliberações sobre o período de carência:** Nos termos do Acordo, o período de carência é de 1 ano, a partir da data de outorga de ações", vide nota 25. As demais restrições à venda ou transferência são consideradas condições de não aquisição e afetam a valorização dos préminos. **d. Despesas agregadas baseado em ações:** A despesa reconhecida no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 relativo ao Plano foi de R$ 6.432 (2019: R$ 0), vide nota explicativa nº 25. A tabela a seguir apresenta as despesas a serem reconhecidas de acordo com os prazos de carência, conforme estabelecido no Acordo.

Período de prestação dos serviços (vesting period)				
	2020	2021	2022	2023
Despesas à apropriar	6.432	1.783	1.183	893

e. Movimentação da quantidade de ações do plano

	Consolidado		
Ações	**ON**	**PNA**	**Total**
31 de dezembro de 2018	-	-	-
31 de dezembro de 2019	-	-	-
Adições	1.666.897	5.945.337	7.612.234
31 de dezembro de 2020	**1.666.897**	**5.945.337**	**7.612.234**

e. Mensuração de valor justo: As outorgas possuem características semelhantes às opções, pois o beneficiário tem o direito de obter os benefícios econômicos das ações por meio da venda

Fávio Luque Bastos - Contador CRC 1SP174462/O-9

Fernando Maia de Oliveira Cruz - Diretor

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas

Aos acionistas e ao conselho de administração da Captalys Companhia de Crédito - *São Paulo*

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente, da Companhia de Crédito ("Companhia") e suas controladas e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de seus resultados e seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas: Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira consolidada da Captalys Companhia de Crédito em 31 de dezembro de 2020, o desempenho consolidado de seus resultados e seus fluxos de caixa consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades sob essas normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria: Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente e, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que as leis ou regulamentos proibam sua divulgação pública sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Combinação de negócios - Aquisição da IDTrust Tecnologia de Software Ltda.: Veja as notas explicativas nº 2.f, 3.a, das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Principal assunto de auditoria: No exercício de 2020, a Companhia adquiriu 88,5% do capital social da IDTrust Tecnologia de Software Ltda. Esta transação resultou em aquisição de controle e foi contabilizada por aquisição de negócios de acordo com o CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios (IFRS 3 - *Business Combinations*), que requer que a Companhia determine a data de aquisição efetiva do controle, o valor justo dos ativos adquiridos e dos passivos assumidos e a apuração do ágio por expectativa de rentabilidade futura ou ganho por compra vantajosa na operação. Estes procedimentos envolvem um elevado grau de julgamento na determinação das mensurações de valores justos baseados em premissas e estimativas do desempenho futuro do negócio adquirido e que estão sujeitos a um elevado grau de incerteza. Devido ao grau de julgamento adotado pela Companhia e a complexidade e incerteza na determinação das premissas subjacentes à mensuração dessa transação e ao impacto que eventuais alterações nas premissas poderiam ter nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, consideramos esse assunto significativo para nossa auditoria.

Como auditoria endereçou esse assunto: Nossos procedimentos de auditoria incluíram, mas não se limitaram, a: • revisão dos documentos que suportam a operação, seus contratos e atas e a obtenção das evidências que fundamentaram a determinação da data de aquisição do controle e a determinação do valor justo da contraprestação transferida; • avaliação com o auxílio de nossos especialistas, independentemente, das bases e métodos ("PPA") realizados por especialista contratado pela Companhia, considerando a razoabilidade das premissas utilizadas na determinação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos, bem como a avaliação dos riscos de distorção relevante que poderiam afetar a Companhia de forma material caso venha; • análise das informações contábeis e financeiras da empresa adquirida, validação do percentual de participação e realização de procedimentos de auditoria específicos de abrangência nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas consideram as informações relevantes. Como resultado das evidências obtidas por meio dos procedimentos acima sumarizados, consideramos aceitável o reconhecimento e divulgação do processo de aquisição da IDTrust nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos - Demonstrações do valor adicionado: As demonstrações, individual e consolidada, do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações do valor adicionado estão demonstradas, de forma consistente, em relação aos demonstrações financeiras individuais e consolidadas, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório dos auditores: A administração da Companhia é responsável por estas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma material, inconsistente com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou com o conhecimento do nos auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas: A administração é responsável por a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha alternativa realística para evitar a descontinuidade das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro da sua perspectiva nacional, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o uso de falsidade ideológica, termos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e das respectivas notas explicativas feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou, caso essas divulgações sejam inadequadas, modificar nossa opinião. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuros podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo econômico para emitir opin